

Handwritten signature

Handwritten notes:
F. G
S. M
J. A
T. J
M



Prestação de contas.

Exercício de 2019



www.municipio-portodemos.pt

6.13 Outras Atividades Cívicas e Religiosas.....	58
6.14 Indústria e Energia	59
6.15 Transportes e Comunicação.....	59
6.16 Turismo.....	60
6.17 Transferências entre Administrações.....	61
6.18 Empreitadas	62
6.19 Candidaturas a Fundos Comunitários	64
D. Documentos de Prestação de Contas	67
1. Balanço	68
2. Demonstração de Resultados	69
3. Controlo Orçamental da Receita	70
4. Controlo Orçamental da Despesa	71
5. Execução das Grandes Opções do Plano	72
6. Execução do Plano Plurianual de Investimentos	73
7. Execução das Atividades Mais Relevantes	74
8. Fluxos de Caixa (Resumo e Desagregado)	75
9. Contas de Ordem.....	76
10. Operações de Tesouraria	77
11. Descontos e Retenções	78
12. Entrega de Descontos e Retenções	79
13. Caracterização da Entidade	80
14. Anexos às Demonstrações Financeiras	81
15. Modificações do Orçamento – Receita	82
16. Modificações do Orçamento – Despesa.....	83
17. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	84
18. Modificações às Atividades Mais Relevantes.....	85
19. Contratação Administrativa - Situação dos Contratos.....	86
20. Transferências Correntes – Despesa.....	87
21. Transferências de Capital – Despesa.....	88
22. Subsídios Concedidos	89
23. Transferências Correntes – Receita.....	90
24. Transferências de Capital – Receita	91
25. Subsídios Obtidos	92
26. Ativos de Rendimento Fixo	93
27. Ativos de Rendimento Variável	94
28. Participações Societárias e Não Societárias.....	95
29. Alienação de Participações Societárias	96
30. Empréstimos Obtidos	97
31. Outras Dívidas a Terceiros.....	98
32. Dívidas a Fornecedores; por Maturidade	99



Handwritten notes in blue ink: a circle around the number 10, the letters 'Sm', a large 'PA' with a vertical line through it, and the word 'face' written vertically. To the right, there are more scribbles and the word 'releg' written vertically.

Conteúdo

A. ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA	4
B. INTRODUÇÃO	7
C. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
1. Enquadramento Macroeconómico	10
2. Organização Municipal	11
2.1. Órgãos Autárquicos.....	11
2.2. Organização dos Serviços Municipais.....	11
3. Recursos Humanos	12
3.1 Total de Trabalhadores.....	12
3.2 Despesa com Pessoal.....	14
4. Análise Económica, Financeira e Orçamental	15
4.1 Equilíbrio Orçamental.....	15
4.2 Execução Orçamental da Receita.....	16
4.3 Execução Orçamental da Despesa.....	21
4.3.1 Despesa Corrente.....	23
4.3.2 Despesa de Capital.....	27
4.4 Relacionamento da Despesa com a Receita.....	28
4.5 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano.....	29
4.7 Execução Orçamental das Actividades Mais Relevantes.....	32
4.8 Evolução da Dívida.....	33
4.9 Posição Face aos Limites de Endividamento.....	35
4.10 Análise Patrimonial.....	36
4.11 Indicadores de Gestão Financeira e de Execução Orçamental.....	41
4.12 Responsabilidades Contingentes.....	42
4.13 Consolidação de Contas.....	43
4.14 Contabilidade de Custos.....	44
4.15 Resultado Líquido do Exercício.....	47
5. Atividade Municipal	48
6.1 Administração Geral.....	49
6.2 Proteção Civil e Lutar Contra Incêndios.....	49
6.3 Educação.....	50
6.4 Saúde.....	51
6.5 Ação Social.....	52
6.6 Ordenamento do Território.....	52
6.7 Saneamento.....	53
6.8 Abastecimento de Água.....	54
6.9 Resíduos Sólidos.....	55
6.10 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza.....	56
6.11 Cultura.....	56
6.12 Desporto, Recreio e Lazer.....	57

500 07

C75

07
AM

33.	Síntese das Reconciliações Bancárias	100
34.	Mapa de Fundos de Maneio	101
35.	Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais.....	102
36.	Relação de Acumulação de Funções	103
37.	Relação Nominal de Responsáveis	104
38.	Declaração de Compromissos Plurianuais.....	105
39.	Declaração de Pagamentos em Atraso	106
40.	Declaração de Recebimentos em Atraso.....	107
41.	Certificação Legal de Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas	108

A

para

relat

A. ÍNDICE DA INFORMAÇÃO GRÁFICA

Quadros

- Quadro 1 – Documentos de Prestação de Contas
- Quadro 2 – Projeções do Banco de Portugal
- Quadro 3 – Organigrama dos Serviços Municipais
- Quadro 4 – Evolução do total de trabalhadores
- Quadro 5 – Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira
- Quadro 6 – Evolução da despesa com a medicina no trabalho e formação profissional
- Quadro 7 – Execução orçamental da receita e da despesa de 2019
- Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI
- Quadro 9 – Evolução da estrutura da receita, 2017 - 2019, peso das rubricas
- Quadro 10 – Evolução da estrutura da receita, variação 2017 - 2019
- Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2017 – 2019, peso por rúbricas
- Quadro 12 – Estrutura da despesa, variação 2017-2019
- Quadro 13 – Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2017-2019
- Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços
- Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2017-2019
- Quadro 16 – Estrutura da despesa de capital, variação 2017 - 2019
- Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2017 – 2019
- Quadro 18 – Execução das Grandes Opções do Plano
- Quadro 19 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos
- Quadro 20 – Execução das Atividades Mais Relevantes
- Quadro 21 – Evolução da dívida
- Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM
- Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total
- Quadro 24 – Composição dos Proveitos e Ganhos Operacionais, variação Ano 2019-2018
- Quadro 25 – Composição dos Custos e Perdas Operacionais, variação ano 2019-2018
- Quadro 26 – Resultado Líquido do Exercício, variação Ano 2019-2018
- Quadro 27 – Indicadores de gestão patrimonial 2016 – 2019
- Quadro 28 – Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2016 – 2019
- Quadro 29 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI
- Quadro 30 – Apuramento de Custos por função
- Quadro 31 – Evolução das Grandes Opções do Plano, 2015-2019
- Quadro 32 – Ponto de situação – Candidaturas ao Portugal 2020

Gráficos

- Gráfico 1 – Evolução do total de trabalhadores
- Gráfico 2 – Evolução da despesa com pessoal
- Gráfico 3 – Estrutura da receita de 2019
- Gráfico 4 – Estrutura das transferências correntes e de capital 2019
- Gráfico 5 – Estrutura dos impostos diretos de 2019
- Gráfico 6 – Evolução da estrutura da receita, variação 2017-2019
- Gráfico 7 – Estrutura da despesa total de 2019
- Gráfico 8 – Estrutura da despesa corrente de 2019
- Gráfico 9 – Evolução da despesa corrente, variação 2017 – 2019
- Gráfico 10 – Estrutura da despesa de capital de 2019
- Gráfico 11 – Evolução da receita e da despesa corrente, 2017 -2019
- Gráfico 12 – Evolução da receita e da despesa de capital, 2017 - 2019
- Gráfico 13 – Execução das Grandes Opções do Plano, por funções – Ano 2019
- Gráfico 14 – Evolução da Dívida, 2014-2019
- Gráfico 15 – Composição do Ativo Líquido – Ano 2019
- Gráfico 16 – Evolução do ativo líquido 2016-2019
- Gráfico 17 – Composição dos Fundos Próprios – Ano 2019
- Gráfico 18 – Evolução dos Fundos Próprios
- Gráfico 19 – Composição do Passivo Ano 2019
- Gráfico 20 – Evolução do Passivo 2016-2019
- Gráfico 21 – Administração Geral
- Gráfico 22 – Proteção Civil e Luta Contra Incêndios
- Gráfico 23 – Serviços Auxiliares de Ensino
- Gráfico 24 – Saúde
- Gráfico 25 – Ação Social
- Gráfico 26 – Ordenamento do Território
- Gráfico 27 – Saneamento
- Gráfico 28 – Abastecimento de Água
- Gráfico 29 – Resíduos Sólidos
- Gráfico 30 – Prot. Meio Ambiente e Cons. Natureza
- Gráfico 31 - Cultura
- Gráfico 32 – Desporto, Recreio e Lazer
- Gráfico 33 – Outras Atividades Cívicas e Religiosas
- Gráfico 34 - Indústria e Energia
- Gráfico 35 - Transportes e Comunicações
- Gráfico 36 - Turismo
- Gráfico 37 - Transferências entre Administrações
- Gráfico 38 - Ponto de situação - Candidaturas ao Portugal 2020

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten signature

B. INTRODUÇÃO

A obrigação de prestar contas é uma imposição legal, mas também um dever de quem administra a causa pública. Na administração autárquica assume uma grande relevância para a população residente não só na perspetiva contabilística, monetária e financeira, mas sobretudo, no mérito e eficácia da concretização dos programas de ação e dos objetivos estratégicos traçados para o Município. Atendendo ao facto dos rendimentos/recursos do setor público serem maioritariamente oriundos de impostos e contribuições, cobrados, com força obrigatória, às famílias, às empresas e à generalidade dos agentes económicos, é evidente que os contribuintes pretendem saber a afetação e a respetiva eficácia desses recursos.

Em cumprimento da sua missão, o órgão executivo do Município de Porto de Mós tem assim de prestar contas sobre a execução anual do seu programa a diferentes destinatários, como sejam: eleitores, fornecedores, investidores, instituições financeiras, público em geral, e remeter os documentos para controlo ao Tribunal de Contas e à Direção Geral das Autarquias Locais.

Em 2020, devido à pandemia causada pelo novo corona vírus (Covid 19), os prazos para remessa da Prestação de Contas ao Tribunal de Contas – artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, foram alargados para 30 de Junho.

Nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, as entidades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 97/98, de 26 de agosto), cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º da mesma lei.

Na sequência da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em 1 de janeiro de 2020, para as entidades do SAL (Subsetor da Administração Local) e de acordo com o entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os documentos de prestação de contas do ano 2019 serão apresentados de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 01/01/2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.

Quanto à metodologia utilizada para o relatório de prestação de contas do ano 2019, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Fazem parte da Prestação de Contas os documentos constantes do quadro abaixo:

Quadro 1 – Documentos de Prestação de Contas

N.º	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCAL	GRUPO 1	Ponto dos Documentos de Prestação de Contas
1	· Balanço	5	X	1
2	· Demonstração de resultados	6	X	2
3.1	· Controlo orçamental da despesa	7.1	X	4
3.2	· Balancete das grandes opções do plano	7.4	X	5
3.3 e 23	· Balancete do plano plurianual de investimentos	7.4 e 8.3.3.	X	6
3.4	· Balancete das atividades mais relevantes	7.4	X	7
4	· Controlo orçamental da receita	7.2	X	3
5	· Fluxos de caixa	7.3.	X	8
6.1	· Contas de ordem	7.5	X	9
6.2	· Operações de tesouraria	7.6	X	10
17	· Caracterização da entidade	8.1	X	13
18	· Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X	14
19.1	· Modificações do orçamento - despesa	8.3.1.2	X	16
19.2	· Modificações ao plano plurianual de investimentos	8.3.1.2	X	17
19.3	· Modificações às atividades mais relevantes	8.3.1.2	X	18
20	· Modificações do orçamento - receita	8.3.1.1	X	15
21 e 22	· Contratação administrativa	8.3.3	X	19
24	· Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X	20
25	· Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X	21
26	· Subsídios concedidos	8.3.4.3	X	22
27	· Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X	23
28	· Transferências de capital - receita	8.3.4.5	X	24
29	· Subsídios obtidos	8.3.4.6	X	25
30	· Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X	26
31	· Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X	27
32	· Empréstimos	8.3.6.1	X	30
32	· Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X	31
33	· Relatório de gestão	13	X	--
34	· Guia de remessa	--	X	--
35	· Relação nominal de responsáveis	--	X	37
36	· Ata da reunião de apreciação das contas	--	X	--
37	· Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X	--
38	· Relação dos documentos de receita e de despesa	--	X	--
39	· Certidões dos extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício	--	X	--
40	· Certidões dos juros obtidos no exercício	--	X	--
41	· Certidões das verbas referidas de outras entidades	--	X	--
42 e 43	· Reconciliações bancárias	--	X	33
44	· Relação de acumulação de funções	--	X	36
45	· Balancetes sintéticos após o apuramento dos resultados	--	X	--
46	· Relatório e parecer do órgão de fiscalização	--	X	--
--	· Mapa de Fundos de Maneio	--	X	34
--	· Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais	--	X	35
--	· Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X	--

C. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento Macroeconómico

No conjunto do ano 2019, o PIB aumentou 2,0% em volume, menos 0,4 pontos percentuais que o observado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo que em 2018, verificando-se uma desaceleração das Exportações e das Importações de Bens e Serviços. (Fonte INE)

O Banco de Portugal prevê um crescimento da economia portuguesa em 1,7% para o próximo ano, abaixo da previsão do Governo incluída na proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano (OE2020), que aponta para um crescimento de 1,9%. Este valor fica abaixo do registado no ano 2019.

Em 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 599 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 1 643 milhões de euros, em termos homólogos, e de 1 618 milhões de euros face ao previsto no OE2019. A Administração Local, neste contexto, tem tido um desempenho positivo de acordo com as projeções do Banco de Portugal.

Quadro 2 – Projeções do Banco de Portugal

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2018	2019		2019	2019	
		jan a dez			jan a dez	
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 638	2 663		7 998	8 652	
Impostos	1 390	1 643		3 250	3 309	
Transferências correntes	529	507		2 644	2 724	
Despesa Efetiva	2 671	2 793		7 542	8 061	
Pessoal	1 069	1 129		2 447	2 635	
Aquisição de bens e serviços	674	662		2 225	2 334	
Transferências correntes	208	211		683	762	
Investimento	170	129		1 483	1 629	
Saldo global	- 33	- 130		456	591	

Fonte: DGO

Esta evolução positiva comporta também riscos, como a evolução da receita fiscal se houver desaceleração da economia, o impacto potencial de medidas de apoio ao sector financeiro e a entidades do sector público e a incerteza com a saída do Reino Unido da UE, e os impactos negativos do coronavírus na economia mundial. As projeções para a economia Portuguesa eram positivas para o ano 2020, previa-se crescimento económico, mesmo que fosse menor, mas o coronavírus veio alterar todas essas perspectivas. Os países tiveram que encerrar fronteiras confinar milhares de cidadãos em casa, alteraram hábitos de vida, de trabalho, e a situação financeira das famílias e das empresa, hoje, é muito vulnerável. Para minurar estes impactos o estado está a apoiar a economia com centenas de milhares de euros. O impacto económico para Portugal resultante da Covid 19 pode levar a uma recessão na ordem dos 5,7% segundo dados do Banco de Portugal, este valor não é concreto devido ao clima de incerteza que está relacionado com a extensão e a duração da pandemia.

JA

Sora Jaci

97

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresentamos à aprovação da Câmara Municipal, o Relatório de Gestão relativo ao Exercício de 2019 e respetivos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o relatório de auditoria emitido pelo Revisor Oficial de Contas.

Teleg

No presente relatório é analisada a execução orçamental, patrimonial e financeira do Município de Porto de Mós, durante o ano 2019, sendo também efetuada a comparação como os exercícios anteriores.

[Handwritten mark]

À Câmara Municipal incumbirá, em coerência com a alínea i) do n.º 1 do Artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 2 de setembro, submeter estes documentos à Assembleia Municipal para que este Órgão Deliberativo, no exercício das competências que lhe atribui a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º do mesmo diploma, os aprecie e vote.

Município de Porto de Mós, 9 de junho de 2020

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(José Jorge Couto Vala)

PRESENTE A REUNIÃO
19 DE 2020
DELIBERAÇÃO

*Aprovar, com 3
votos de abstenção
dos Vereadores Rui Monteiro,
Sofia Caetano e
Anabela Martins e
submeter à apreciação
e votação da Assembleia
Municipal.*

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente a sessão de Assembleia Municipal de 20/06/2020

tendo sido deliberado: *aprovado com 3 abstenções*

O Responsável de serviço:

[Handwritten signature]

AM

dm

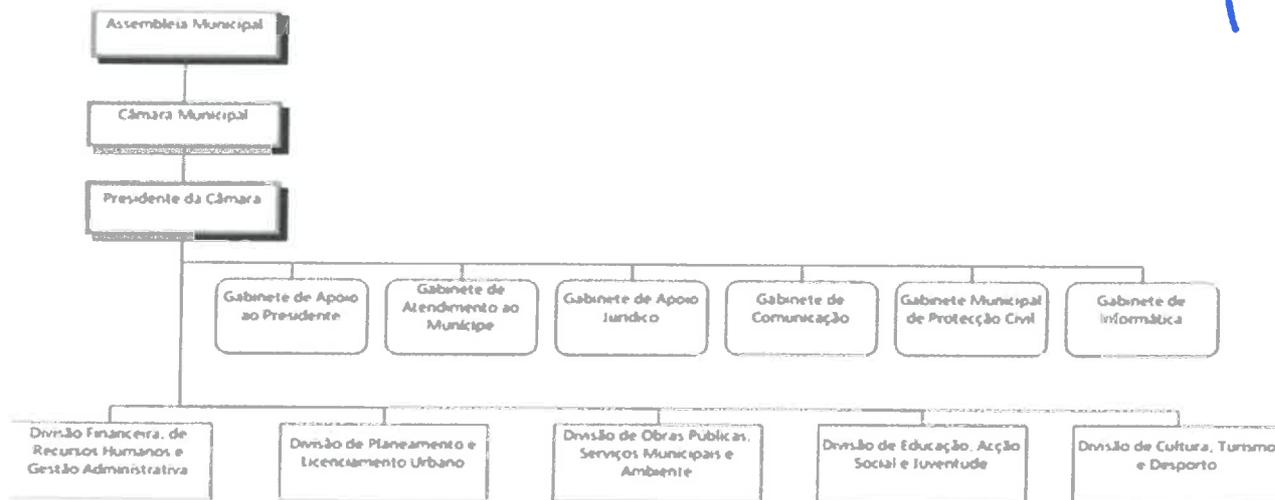
fac

telg



Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. O Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal que vigorou no ano em análise foi aprovado em reunião de Câmara de 27 de Dezembro de 2012, tendo sido publicado em Diário da República II Série nº 17 em 24 de Janeiro de 2013.

Quadro 3 - Organigrama dos Serviços Municipais



3. Recursos Humanos

3.1 Total de Trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2019 o número de trabalhadores ao serviço do Município de Porto de Mós fixava-se em 318 conforme quadro abaixo.

Quadro 4 – Evolução do total de trabalhadores

ANO	Número de trabalhadores (inclui avenças)	Eleitos locais em regime de permanência e membros dos respetivos gabinetes	Número total de trabalhadores
2011	338	7	345
2012	319	7	326
2013	315	6	321
2014	311	7	318
2015	338	7	345
2016	314	7	321
2017	314	5	319
2018	314	7	321
2019	312	6	318

No gráfico seguinte podemos verificar que o número de trabalhadores ao serviço do Município pouco tem oscilado ao longo dos últimos 4 anos. No final do ano 2019 verificou-se uma redução de três



Uma "segunda onda de infeções" e uma quarentena "mais prolongada", e eventuais agravamentos da crise sanitária noutros países europeus, poderão conduzir a quebras no produto mais amplas e a uma retoma mais frágil da atividade económica, com consequências agravadas para os bancos, para o mercado de trabalho e para as finanças públicas. A União Europeia tem manifestado dificuldades no entendimento quanto ao financiamento das economias dos Estados Membros para mitigar os impactos financeiros negativos provocados pela crise pandémica. Os encargos para as administrações públicas são elevadíssimos quer nos apoios sociais, mas também na quebra de receita, nas despesas de higienização, entre outros .

Os Municípios estão ainda preocupados como o próximo quadro comunitário (2021-2027), a Comissão Europeia quer cortar 7% nos montantes dos fundos atribuídos a Portugal. Por outro lado, pretende que a comparticipação nacional nos projetos apoiados duplique, de 15 para 30%. Devido à crise provocada pela pandemia alguns destes fundos poderão ainda ser alocados para finalidades diferentes das inicialmente previstas, nomeadamente, para fazer face às muitas despesas com higienização e material de proteção.

2. Organização Municipal

2.1. Órgãos Autárquicos

De acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 75.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das autarquias locais têm a duração de quatro anos.

No ano 2019, segundo ano de mandato, o Município de Porto de Mós manteve-se fiel às premissas do programa eleitoral para o mandato de 2017-2021, cujos principais vetores são o desenvolvimento social, económico e cultural. As demonstrações financeiras demonstram a estratégia delineada pelo executivo para o ano de 2019, que o executivo agora apresenta.

A responsabilidade executiva do Exercício de 2019 encontra-se descrita no ponto 37 dos Documentos de Prestação de Contas – “Relação Nominal de Responsáveis”.

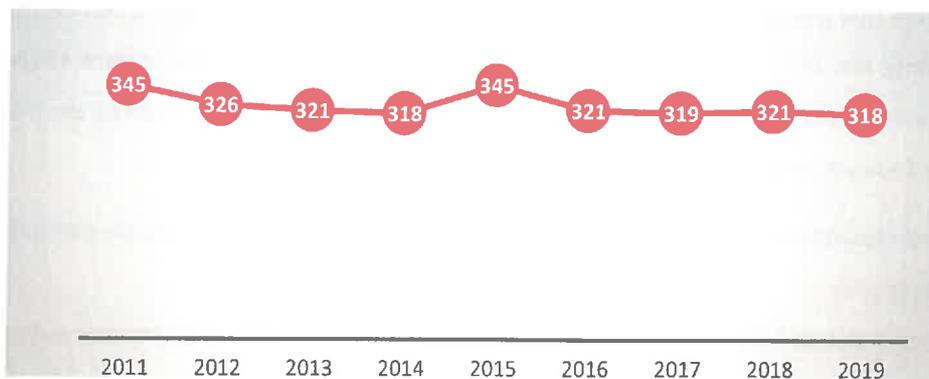
2.2. Organização dos Serviços Municipais

A estrutura orgânica dos serviços do Município de Porto de Mós em vigor, apresenta em primeiro lugar os órgãos representativos do Município que são a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara, detendo cada um deles competências específicas.

O modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, foi aprovado pela Assembleia Municipal em Sessão

trabalhadores. O movimento de efetivos foi de **redução**: 4 aposentações; 1 cessação da comissão de serviço como Adjunto do Presidente; 2 licenças sem vencimento; 1 mobilidade para outra entidade e 1 rescisão unilateral de contrato; no que se refere a **aumentos**: 1 mobilidade de outra entidade; 1 regresso de licença sem vencimento; 2 novas contratações a termo certo e, em relação ao ano anterior mais 2 contratos de prestação de serviços.

Gráfico 1 - Evolução do total de trabalhadores



No que respeita à distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira, continua a verificar-se uma predominância de trabalhadores da carreira de assistente operacional, representando cerca de 60% dos trabalhadores do Município, conforme está evidenciado no quadro seguinte. A maioria destes trabalhadores está afeta à área educativa, incluindo o pessoal não docente da administração central que passou em 2011 para a autarquia.

Quadro 5 - Distribuição dos trabalhadores, por vínculo e carreira

	dez-10	dez-11	dez-12	dez-13	dez-14	dez-15	dez-16	dez-17	dez-18	dez-19
Pessoal contratado por tempo indeterminado:	261	279	278	276	273	266	261	260	289	283
Pessoal dirigente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Pessoal técnico superior	24	28	28	29	29	29	29	31	39	38
Pessoal carreira não revista	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pessoal de informática	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Assistente Técnico	60	60	60	61	62	62	60	62	59	59
Assistente Operacional	170	184	183	179	175	168	165	160	184	179
Pessoal contratado por tempo resolutivo certo:	79	49	31	28	26	60	44	45	9	11
Pessoal técnico superior	3	0	0	0	0	22	0	1	1	1
Assistente técnico	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0
Assistente Operacional	74	47	31	28	26	36	44	44	8	10
Pessoal de informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações:	15	17	17	17	19	19	16	14	23	24
Pessoal em apoio aos Órgãos	1	2	2	2	2	2	2	2	3	2
Eleitos locais em regime de permanência	5	5	5	5	5	5	5	3	4	4
Prestadores de serviços	9	10	10	10	12	12	9	9	16	18
TOTAIS	355	345	326	321	318	345	321	319	321	318

3.2 Despesa com Pessoal

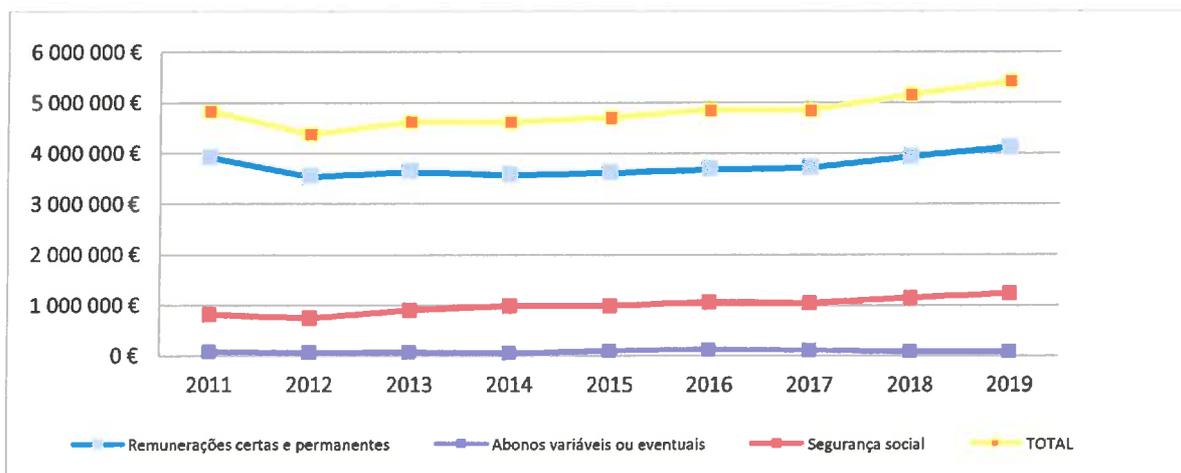
Em 2019 as despesas totais com pessoal fixaram-se em 5.417.725,56 €, representando um acréscimo de 5,15% (265.274,62€) relativamente ao exercício anterior, que corresponde essencialmente a alterações das posições remuneratórias dos trabalhadores, decorrente do artigo 18º da Lei do O.E. para o ano 2018, que teve também repercussões no ano 2019. Por outro lado, houve um conjunto de trabalhadores que mudaram de carreira (mobilidade) em 2018 e que tiveram o seu efeito financeiro mais relevante em 2019. Há ainda a acrescentar o aumento do salário mínimo para a função pública (635,07€) e respetivos encargos sociais para o Município, que face ao universo de trabalhadores abrangidos teve um impacto financeiro de cerca de 148.000,00€.

Da análise do quadro 5 podemos concluir que nos últimos dez anos o número de pessoal não sofreu grandes oscilações.

A despesa com pessoal verificou um ligeiro acréscimo comparativamente ao ano transato de cerca de 5,15%. A variação positiva dos encargos com pessoal deve-se essencialmente aos factos já atrás referenciados – mudança de posições remuneratórias, mobilidades internas e aumento do salário mínimo na função pública.

As remunerações certas e permanentes é a rubrica com maior peso no total da despesa com pessoal com o montante de 4.115.273,66 €. O valor médio da despesa por trabalhador ascendeu em 2019 a 17.036,87€, correspondendo a um acréscimo de 6,14% em relação ao período homólogo.

Gráfico 2 - Evolução da despesa com pessoal (Valores totais)



No ano 2019 registou-se um acréscimo de despesa com os serviços de saúde (medicina no trabalho) no valor de 4.281€, relativamente ao ano 2018, porque o Executivo entendeu que os trabalhadores das escolas, cerca de 80 trabalhadores, que vieram do contrato execução com o Ministério da Educação também deveriam ter acesso aos serviços de medicina no trabalho privilegiando, assim, a

igualdade de tratamento entre trabalhadores. Em relação à formação profissional também se registou um aumento que vem reforçar as competências dos trabalhadores nas diferentes áreas.

Quadro 6 - Evolução da despesa com a Medicina no Trabalho e Formação Profissional

ANO	Número total de trabalhadores	Valores Pagos	
		Serviços de Saúde, Medicina no Trabalho	Formação Profissional
2011	345	18.219,90€	5.483,16€
2012	326	14.402,41€	2.180,35€
2013	321	12.493,01€	3.218,00€
2014	318	12.408,71€	3.348,30€
2015	345	11.728,40€	3.497,70€
2016	321	11.264,09€	6.441,95€
2017	319	11.424,01€	4.615,40€
2018	321	11.643,34€	9.158,70€
2019	318	15.925,05€	10.478,45€

4. Análise Económica, Financeira e Orçamental

4.1 Equilíbrio Orçamental

O regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei de Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, obriga, àquilo a que se pode designar, uma regra de ouro das finanças públicas, ao impor o equilíbrio orçamental corrente acrescido do montante das amortizações (médias) de empréstimos. Em concreto, a LFL obriga a que a receita corrente bruta cobrada deva ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

A receita municipal, para efeitos de aferição do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, apresenta um registo de 21.236.354,20€, conforme demonstra o quadro seguinte. Neste valor está incluído o montante proveniente do saldo da gerência anterior (2.524.110,50 €) e provenientes de reposições (5.912,66€). Por sua vez a despesa paga fixou-se em 17.736.595,10€.

No final do exercício económico a cobertura das despesas totais pelas receitas totais, resultam num saldo de 3.499.759,10 € que traduz o saldo para a gerência seguinte. O saldo para a gerência seguinte consta no Mapa de Fluxos de Caixa, ratificado em reunião da Câmara Municipal ocorrida em 16 de janeiro de 2020.

A cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi também assegurada, remanescendo um saldo de 3.976.352,09€.

A execução orçamental revela pois o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental que emana da alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quadro 7 - Execução orçamental da receita e da despesa de 2019

	Previsão corrigida	Realizado/Pago	Peso relativo das componentes realizadas	Desvio
Receita Corrente	17.135.158,00 €	17.181.297,09 €	80,91%	0,27%
Receita de Capital	1.618.833,20 €	1.525.033,95 €	7,18%	-5,79%
Outras receitas	2.530.110,50 €	2.530.023,16 €	11,91%	0,00%
1. Total	21.284.101,70 €	21.236.354,20 €	100,00%	-0,22%
Despesa Corrente	14.294.180,70 €	13.204.945,00 €	74,45%	-7,62%
Despesa de Capital	6.989.921,00 €	4.531.650,10 €	25,55%	-35,17%
Total	21.284.101,70 €	17.736.595,10 €	100,00%	-16,67%
Saldo para gerência seguinte (A-B)		3.499.759,10 €		

No quadro seguinte fica demonstrado o princípio do equilíbrio orçamental corrente, conforme o estipulado no Artigo 40.º do RFALEI, segundo o qual “a receita corrente bruta deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 8 – Equilíbrio corrente, nos termos do RFALEI

Equilíbrio orçamental corrente nos termos do RFALEI	
(Receitas correntes ≥ (Despesas correntes + Amortizações médias das operações MLP))	
1. Receitas correntes cobradas brutas	17.181.297€
2. Despesas correntes pagas	13.204.945€
3. Amortizações médias das operações MLP	342.398€
4. Saldo (1- (2+3))	3.633.954€
	21,15%

O exercício de 2019 regista um saldo corrente de 3,633M€, 21,15% sobre a receita corrente, o que demonstra o cumprimento do equilíbrio corrente, nos termos do Artigo 40.º do RFALEI e uma melhoria neste indicador relativamente ao exercício de 2018.

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes mostra que a execução orçamental corrente, para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital.

Ao respeitar o princípio do equilíbrio o Município obedece assim à boa regra da gestão financeira e proteção dos ativos patrimoniais.

4.2 Execução Orçamental da Receita

O Município de Porto de Mós para pressecução das suas atribuições e competências dispõe de um conjunto de receitas que lhe permite fazer face às despesas.

No ano 2019, o grau de execução da receita total foi de cerca de 99%, em relação à receita global prevista em orçamento. Com uma previsão inicial de 21.333.087,00€ e final de 21.284.101,70€, foi executado o valor de 21.236.354,20€.

Quadro 9 - Evolução da estrutura da receita, 2017-2019, peso das rubricas

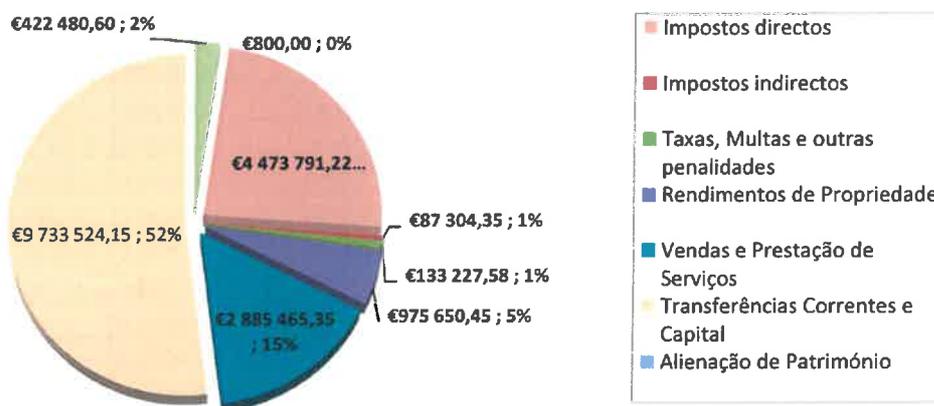
		2017		2018		2019	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1	Impostos diretos	4.355.308,96 €	24,00%	4.565.969,50 €	25,18%	4.473.791,22 €	23,91%
	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	2.602.187,25 €	14,34%	2.635.076,77 €	14,53%	2.637.154,52 €	14,09%
	Imposto Único de Circulação	584.254,04 €	3,22%	629.143,91 €	3,47%	648.822,29 €	3,47%
	Imposto Municipal sobre transmissões	633.906,17 €	3,49%	737.714,39 €	4,07%	513.624,85 €	2,74%
	Derrama	534.961,50 €	2,95%	564.034,43 €	3,11%	674.189,56 €	3,60%
	Impostos Abolidos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
2	Impostos indiretos	131.275,96 €	0,72%	180.475,00 €	1,00%	87.304,35 €	0,47%
	Loteamentos e obras	102.664,72 €	0,57%	142.915,08 €	0,79%	49.227,96 €	0,26%
	Outros	28.611,24 €	0,16%	37.559,92 €	0,21%	38.076,39 €	0,20%
4	Taxas, Multas e out. penalidades	242.907,53 €	1,34%	126.529,12 €	0,70%	133.227,58 €	0,71%
	Mercados e feiras	13.660,05 €	0,08%	13.055,23 €	0,07%	13.023,63 €	0,07%
	Loteamento e Obras	65.419,00 €	0,36%	76.481,50 €	0,42%	85.319,72 €	0,46%
	Ocupação da via pública	3.685,08 €	0,02%	3.666,91 €	0,02%	3.237,12 €	0,02%
	Saneamento (taxa de conservação)	8.961,37 €	0,05%	133,81 €	0,00%	23,06 €	0,00%
	Taxa depósito ficha técnica hab.	92,48 €	0,00%	172,26 €	0,00%	161,31 €	0,00%
	Multas e outras penalidades	142.754,15 €	0,79%	23.977,08 €	0,13%	20.508,53 €	0,11%
	Outros	8.335,40 €	0,05%	9.042,33 €	0,05%	10.954,21 €	0,06%
5	Rendimentos de Propriedade	997.888,49 €	5,50%	973.882,54 €	5,37%	975.650,45 €	5,21%
7	Vendas e Prestação de Serviços	2.866.137,03 €	15,79%	2.648.183,26 €	14,60%	2.885.465,35 €	15,42%
	Livros e documentação técnica	633,55 €	0,00%	279,50 €	0,00%	817,50 €	0,00%
	Publicações e impressos	9,50 €	0,00%	1.305,00 €	0,01%	123,25 €	0,00%
	Sucata	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
	Água	991.532,21 €	5,46%	826.571,66 €	4,56%	914.979,94 €	4,89%
	Electricidade	9.510,81 €	0,05%	5.544,10 €	0,03%	3.940,48 €	0,02%
	Outros	3.970,03 €	0,02%	1.567,30 €	0,01%	2.102,89 €	0,01%
	Serviços sociais	270.287,44 €	1,49%	276.690,63 €	1,53%	295.122,02 €	1,58%
	Serviços culturais	20.583,20 €	0,11%	8.155,65 €	0,04%	22.577,55 €	0,12%
	Serviços desportivos	157.515,30 €	0,87%	190.724,11 €	1,05%	188.855,50 €	1,01%
	Saneamento	282.071,02 €	1,55%	278.801,36 €	1,54%	305.226,83 €	1,63%
	Resíduos Sólidos	690.107,04 €	3,80%	613.731,11 €	3,38%	662.652,09 €	3,54%
	Transportes escolares	9.047,00 €	0,05%	9.137,00 €	0,05%	10.088,00 €	0,05%
	Cemitérios	2.798,68 €	0,02%	6.396,22 €	0,04%	6.488,33 €	0,03%
	Parques de estacionamento	3.784,95 €	0,02%	5.318,17 €	0,03%	6.141,55 €	0,03%
	Outros (serviços auxiliar. de água)	403.237,95 €	2,22%	401.182,84 €	2,21%	442.569,90 €	2,37%
	Outros	21.048,35 €	0,12%	22.778,61 €	0,13%	23.779,52 €	0,13%
6 e 10	Transferências Correntes e Capital	9.124.371,12 €	50,28%	360.721,50 €	51,62%	9.733.524,15 €	52,02%
	Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	7.025.852,00 €	38,71%	7.131.240,00 €	39,33%	7.454.141,00 €	39,84%
	Outras transferências do estado	1.424.746,23 €	7,85%	1.509.063,45 €	8,32%	1.739.640,46 €	9,30%
	Fundos comunitários	673.772,89 €	3,71%	720.418,05 €	3,97%	539.742,69 €	2,88%
	Outras transferências	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
9	Vendas de Bens de Investimento	305.762,38 €	1,68%	146.302,50 €	0,81%	800,00 €	0,00%
12	Empréstimos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
8,11,13 e 15	Outros	124.856,91 €	0,69%	130.342,53 €	0,72%	422.480,60 €	2,26%
	TOTAL	18.148.508,38 €	100,00%	18.132.405,95 €	100,00%	18.712.243,70 €	100,00%

No ano 2019, e dando continuidade à trajetória verificada nos anos anteriores, a receita teve um crescimento de 3,1% face ao ano anterior.

No quadro anterior está evidenciada a estrutura da receita total do Município ao longo dos anos 2017, 2018 e 2019. Como se pode constatar, nos últimos três anos as rubricas com maior peso foram sempre as transferências correntes e de capital e os impostos diretos.

O peso da rubrica Impostos diretos e Indiretos no total da receita registaram um pequeno decréscimo relativamente ao ano transato. Por outro lado, o peso das transferências correntes e de capital no total da receita manteve a tendência crescente dos últimos anos.

Gráfico 3 – Estrutura da Receita de 2019

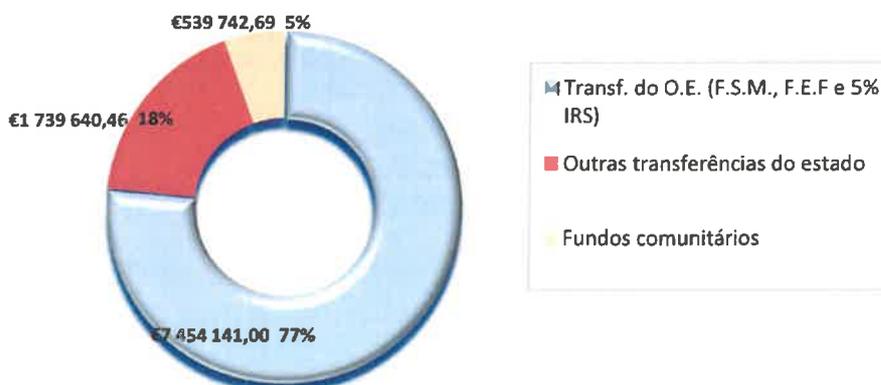


As receitas correntes são aquelas que regra geral, se renovam em todos os períodos financeiros, já as receitas de capital poderão ter uma maior oscilação nomeadamente as receitas derivadas dos Fundos Comunitários.

A execução da receita do ano traduz, os recebimentos gerados no ano (receitas liquidada e cobrada no ano), acrescida dos proveitos gerados em anos anteriores e não cobrados.

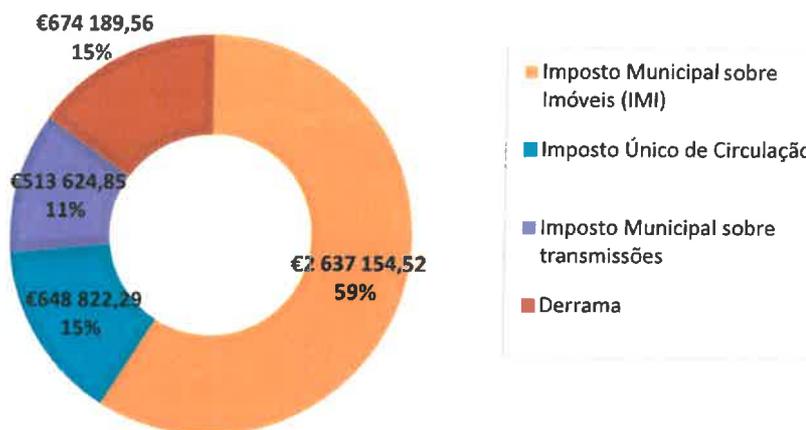
Como demonstra o gráfico 3, as transferências correntes e de capital representaram 52% do total das receitas do Município ascendendo a 9.733.524,15€, seguida da receita proveniente dos impostos diretos que representaram 24% do total das receitas do Município, com o montante de 4.473.791,22€.

Gráfico 4- Estrutura das transferências Correntes e de Capital de 2019



Como se pode verificar no gráfico supra, as transferências do Orçamento de Estado são as que maior peso tiveram no total das transferências Correntes e de Capital durante o ano 2019, representando cerca de 76,5% do total das transferências, no montante de 7.454.141,00€.

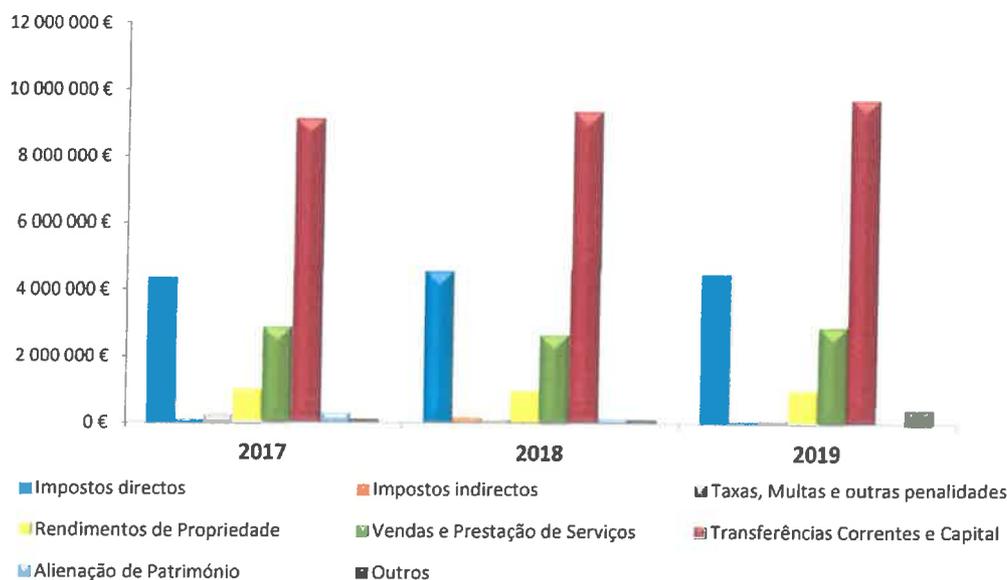
Gráfico 5- Estrutura dos impostos diretos de 2019



Durante o ano transato o Município arrecadou de impostos diretos o montante de 4.473.791,22€ e como se pode verificar no gráfico supra esta receita é proveniente na sua maioria do imposto municipal de imóveis (IMI), que representou 59% do total da receita arrecada de impostos diretos, equivalente ao valor de 2.637.154,52€, seguido pela Derrama com 15%, Imposto Único de Circulação com 15% e Imposto Municipal sobre Transmissões 11%.

Embora com um peso menor, o Município arrecadou com vendas e prestações de serviço um montante de 2.885.465,35€, ou seja, cerca de 15% do orçamento. Esta receita advem, nomeadamente, da venda de água, resíduos sólidos, saneamento e serviços sociais.

Gráfico 6 – Evolução da Estrutura da receita, variação 2017-2019



Pela análise do quadro podemos verificar a variação da receita total e por rubrica, em comparação com períodos homólogos.

Quadro 10 - Evolução da Estrutura da Receita, variação 2017-2019

	Variação 2018/2017	Variação 2019/2017	Variação 2019/2018
Impostos diretos	4,84%	2,72%	-2,02%
Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)	1,26%	1,34%	0,08%
Imposto Único de Circulação	7,68%	11,05%	3,13%
Imposto Municipal sobre transmissões (IMT)	16,38%	-18,97%	-30,38%
Derrama	5,43%	26,03%	19,53%
Impostos indiretos	37,48%	-33,50%	-51,63%
Loteamentos e obras	39,21%	-52,05%	-65,55%
Outros	31,28%	33,08%	1,38%
Taxas, Multas e outras penalidades	-47,91%	-45,15%	5,29%
Mercados e feiras	-4,43%	-4,66%	-0,24%
Loteamento e Obras	16,91%	30,42%	11,56%
Ocupação da via pública	-0,49%	-12,16%	-11,72%
Saneamento (taxa de conservação)	-98,51%	-99,74%	-82,77%
Taxa depósito ficha técnica hab.	86,27%	74,43%	-6,36%
Multas e outras penalidades	-83,20%	-85,63%	-14,47%
Outros	8,48%	31,42%	21,14%
Rendimentos de Propriedade	-2,41%	-2,23%	0,18%
Vendas e Prestação de Serviços	-7,60%	0,67%	8,96%
Livros e documentação técnica	-55,88%	29,03%	192,49%
Publicações e impressos	13637%	1197%	-90,56%
Sucata	- %	- %	- %
Água	-16,64%	-7,72%	10,70%
Eletricidade	-41,71%	-58,57%	-28,92%
Outros bens	-60,52%	-47,03%	34,17%
Serviços sociais	2,37%	9,19%	6,66%
Serviços culturais	-60,38%	9,69%	176,83%
Serviços desportivos	21,08%	19,90%	-0,98%
Saneamento	-1,16%	8,21%	9,48%
Resíduos sólidos	-11,07%	-3,98%	7,97%
Transportes escolares	0,99%	11,51%	10,41%
Cemitérios	128,54%	131,84%	1,44%
Parques de estacionamento	40,51%	62,26%	15,48%
Outros (serviços auxiliares de água)	-0,51%	9,75%	10,32%
Outros	8,22%	12,98%	4,39%
Transferências Correntes e Capital	2,59%	6,68%	3,98%
Transf. do O.E. (F.S.M., F.E.F e 5% IRS)	1,50%	6,10%	4,53%
Outras transferências do estado	5,92%	22,10%	15,28%
Fundos comunitários	6,92%	-19,89%	-25,08%
Vendas de Bens de Investimento	-52,15%	-99,74%	-99,45%
Outros	4,39%	238,37%	224,13%
TOTAL	-0,09%	3,11%	3,20%

Salientamos, de seguida, as mais significativas variações de receita verificadas no confronto 2019-2018:

- A quebra de receita de impostos diretos, nomeadamente, do IMT (Imposto Municipal sobre Transições onerosas de Imóveis), que registou uma quebra de 30,38% face ao ano anterior;

- A redução de receita de impostos indiretos específicos das autarquias locais, sendo que no caso dos loteamentos e obras para empresas o valor de receita cobrada a menos foi de 65,55%;
- Aumento de receita dos serviços culturais na ordem de 176,86% que corresponde a uma receita de 22.577€, derivado da abertura do Castelo após as obras de requalificação. O Castelo foi requalificado, tornando-se um monumento acessível para todos, e foram muitos os visitantes que aí acorreram;
- Aumento da receita oriunda da venda de água e de prestação dos serviços específicos da autarquia, nomeadamente, saneamento, resíduos sólidos e serviços auxiliares de água que tiveram registos positivos na ordem dos 10%;
- As transferências correntes e de capital que maior peso têm tido ao longo dos últimos três anos no total da receita, registaram um ligeiro aumento de 3,98% comparativamente ao ano transato, resultante do aumento do valor da transferência por parte do Orçamento de Estado e de outras transferências do Estado, contrabalançado pela redução da receita dos fundos comunitários em cerca de 25,08%, devido especialmente ao atraso das obras da Central Termoelétrica de Porto de Mós.
- A venda de bens de investimento incluída nas receitas de capital registaram uma redução de cerca de 99,45% devido sobretudo ao facto de ao longo do ano 2019 o Município não ter vendido terrenos infraestruturados nos parques industriais, uma vez que encontra-se a comprar terrenos para iniciar o alargamento do zona Industrial de Porto de Mós (ALE).

4.3 Execução Orçamental da Despesa

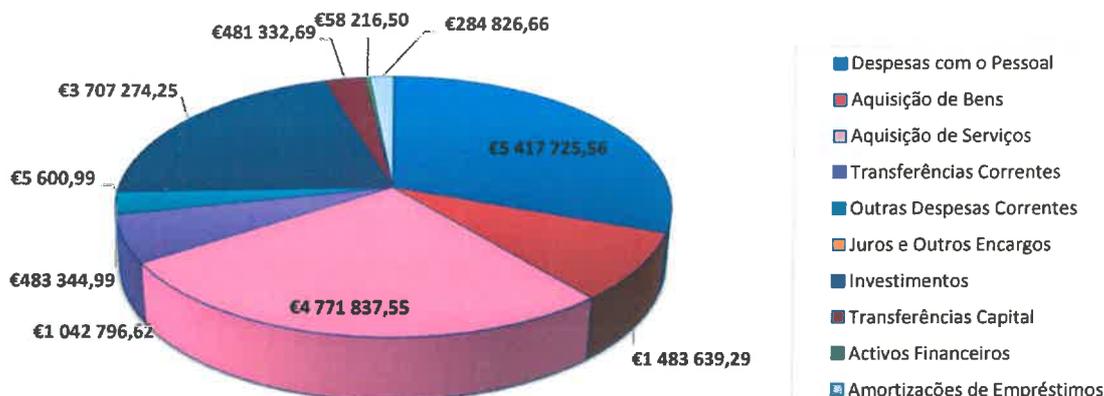
Depois da análise à estrutura da receita segue-se um estudo à despesa realizada pelo Município de Porto de Mós durante o ano 2019.

A execução da despesa apresenta-se, naturalmente, condicionada pela execução da receita, como aliás, não poderia deixar de ser.

O orçamento da despesa atingiu um grau de realização de 83,33%. De uma despesa total prevista de 21.284.101,70€ foram executados 17.736.595,10€.

A despesa corrente registou o montante de 13.204.945,00€, devido essencialmente às despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços. Do lado da despesa de capital, o montante global executado foi cerca de 4.531.650,10€, tendo sido realizados cerca de 3.707.274,25€ em investimento.

No gráfico infra estão descritas as componentes que fazem parte da despesa total deste Município durante o ano transato.

Gráfico 7 - Estrutura da despesa total de 2019


Os quadros seguintes registam a evolução da estrutura da despesa corrente e de capital, no horizonte 2017 – 2019, o peso por rubricas e a sua variação.

Quadro 11 – Evolução da estrutura da despesa, 2017 – 2019, peso por rubricas

	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Despesa Corrente						
Despesas com o Pessoal	4.853.176,67€	25,67%	5.152.450,94€	29,08%	5.417.725,56 €	30,55%
Aquisição de Bens	1.811.553,93€	9,58%	1.637.016,59€	9,24%	1.483.639,29 €	8,36%
Aquisição de Serviços	4.867.107,36€	25,74%	4.813.564,39€	27,17%	4.771.837,55 €	26,90%
Transferências Correntes	819.410,90€	4,33%	904.357,05€	5,10%	1.042.796,62 €	5,88%
Outras Despesas Correntes	254.948,61€	1,35%	473.499,37€	2,67%	483.344,99 €	2,73%
Juros e Outros Encargos	6.960,35€	0,04%	5.692,89€	0,03%	5.600,99 €	0,03%
Total da Despesa Corrente	12.613.157,82€	66,70%	12.986.581,23€	73,30%	13.204.945,00€	74,45%
Despesa de Capital						
Investimentos	5.608.231,33€	29,66%	3.833.681,78€	21,64%	3.707.274,25€	20,90%
Transferências Capital	294.287,47€	1,56%	516.862,70€	2,92%	481.332,69€	2,71%
Activos Financeiros	116.433,00€	0,62%	87.324,75€	0,49%	58.216,50€	0,33%
Outras despesas de capital	0,00€	0,00%	2.250,00€	0,01%	0,00 €	0,00%
Amortizações de Empréstimos	277.141,36€	1,47%	291.266,15€	1,64%	284.826,66€	1,61%
Total da Despesa de Capital	6.296.093,16€	33,30%	4.731.385,38€	26,70%	4.531.650,10€	25,55%
TOTAL DA DESPESA	18.909.250,98€	100%	17.717.966,61€	100%	17.736.595,10€	100%

O quadro anterior mostra a repartição da despesa total pelas diferentes rubricas que a compõem, nos últimos 3 anos.

As rubricas com maior peso são as despesas com aquisição de bens e serviços no valor 6.255.476,84€, correspondendo a 35,26% do total das despesas, seguidas pelas despesas com o pessoal no valor de

5.417.725,56€, com um peso de 30,55%, e pela despesa de investimento no montante de 3.707.274,25€, com um peso de 20,90%.

Da análise do quadro abaixo podemos verificar que o total da despesa paga durante o exercício de 2019 fixou-se em 17.736.595,10€, representando um ligeiro acréscimo de 0,12%, relativamente à despesa de 2018.

Quadro 12 - Estrutura da despesa, variação 2017 – 2019

	Varição 2018/2017	Varição 2019/2017	Varição 2019/2018
Despesa Corrente	2,96%	4,69%	1,68%
Despesas com o Pessoal	6,17%	11,63%	5,15%
Aquisição de Bens	-9,63%	-18,10%	-9,37%
Aquisição de Serviços	-1,10%	-1,96%	-0,87%
Transferências Correntes	10,37%	27,26%	15,31%
Outras Despesas Correntes	85,72%	89,59%	2,08%
Juros e Outros Encargos	-18,21%	-19,53%	-1,61%
Despesa de Capital	-24,85%	-29,87%	-4,18%
Investimentos	-31,64%	-33,90%	-3,30%
Transferências Capital	75,63%	63,56%	-6,87%
Activos Financeiros	-25,00%	-50,00%	-33,33%
Outras despesas de capital	100%	0,00%	-100%
Amortizações de Empréstimos	5,10%	2,77%	-2,21%
TOTAL DA DESPESA	-6,30%	-7,02%	0,12%

A estrutura da despesa corrente teve um acréscimo de 1,68% face ao ano anterior, já as despesas de capital tiveram um decréscimo de -4,18% face a 2018. A maior variação registou-se na rubrica de transferências correntes com um aumento 15,31%, que reflete a ação do executivo em dar mais apoio às associações do concelho, nomeadamente, às corporações de bombeiros, com a criação de mais duas Equipas de Intervenção Permanentes (EIP's) nos Bombeiros de Mira de Aire e do Juncal, e continuar com os apoios às atividades desportivas, culturais e sociais. Também as despesas com pessoal tiveram uma variação de 5,15% face ao ano anterior, que tem a ver com o aumento dos salários na função pública.

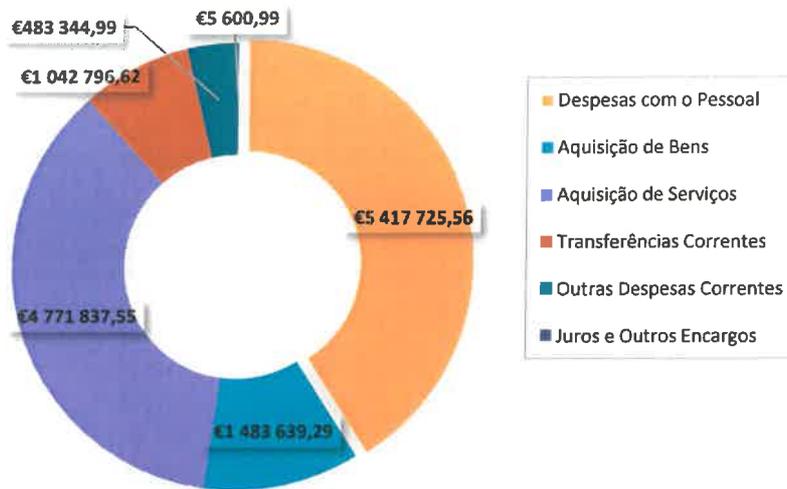
4.3.1 Despesa Corrente

A despesa corrente é composta por despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, prestações sociais, transferências, juros e outras despesas correntes, conforme demonstra o gráfico seguinte.

No ano 2019 a despesa corrente registou um valor de 13.204.945,00€ correspondente a um grau de execução de 92,38%.

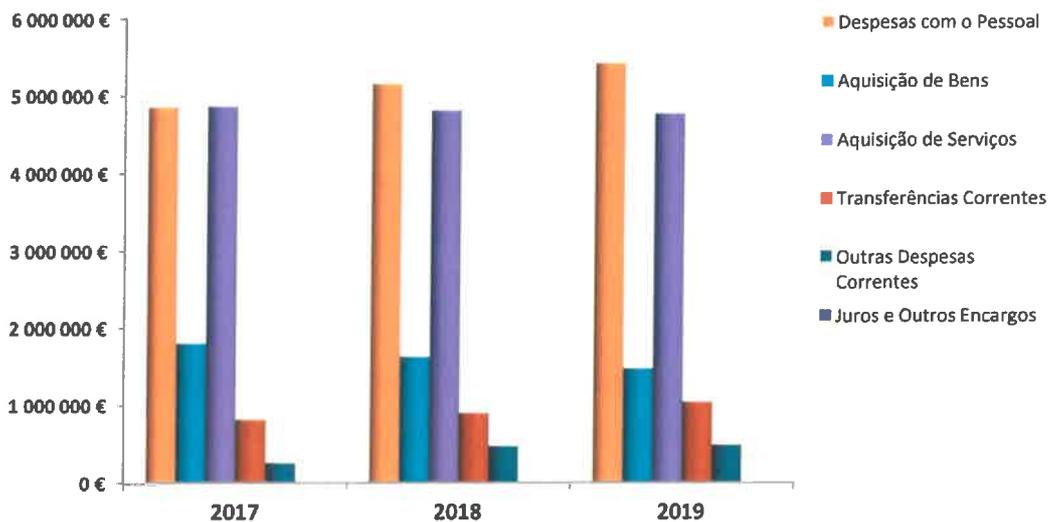
Constatamos pela observação do gráfico abaixo, e como já referimos anteriormente, que as componentes com maior peso são as despesas com aquisição de bens e serviços e despesas com pessoal, registando, respetivamente, os montantes de 6.255.476,84€ e 5.417.725,56€.

Gráfico 8 - Estrutura da despesa corrente de 2019



A despesa corrente tem vindo a aumentar ligeiramente no período 2017-2019, reflexo do aumento das remunerações que registaram em 2019 um acréscimo de 5,15% face ao ano anterior. As transferências correntes também tiveram um acréscimo de (15,31%) face ao ano 2018, como justificado anteriormente. As outras componentes da despesa corrente não sofreram grandes alterações em relação ao que se tem verificado em anos anteriores.

Gráfico 9 - Evolução da despesa corrente, variação 2017-2019



A comparação com o período homólogo da despesa corrente permite-nos a apreciação detalhada relativamente às seguintes rúbricas:

Despesa com o pessoal

Nesta rubrica regista-se um acréscimo de 5,15% (265.274,62€). Detalhamos este acréscimo, já justificado no ponto 2.2. do presente relatório, no quadro seguinte:

Quadro 13 - Estrutura da despesa com o pessoal, variação 2017-2019

Despesa com o pessoal	2017	2018	2019	VARIÇÃO HOMÓLOGA					
				2018/2017		2019/2018		2019/2017	
				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Remunerações certas e permanentes:	3.717.397€	3.933.278€	4.115.274€	215.880€	5,81%	181.996€	4,63%	397.876€	10,70%
das quais "Subsídios de férias e de natal"	490.106€	515.071€	532.886€	24.965€	5,09%	17.815€	3,46%	42.779€	8,73%
e "Alteração do posicionamento remuneratória"	0€	47.327€	15.228€	47.327€	100%	-32.099€	-67,82%	15.228€	100%
Abonos variáveis e eventuais	99.657€	81.315€	83.538€	-18.342€	-18,40%	2.223€	2,73%	-16.119€	-16,17%
dos quais "Trabalho extraordinário"	32.598€	45.483€	45.178€	12.885€	39,53%	-305€	-0,67%	12.580€	38,59%
Segurança social	1.036.122€	1.137.858€	1.218.914€	101.736€	9,82%	81.055€	7,12%	182.791€	17,64%
TOTAL	4.853.177€	5.152.451€	5.417.726€	299.274€	6,17%	265.274,62€	5,15%	564.549€	11,63%

Despesa com aquisição de bens e serviços

No quadro seguinte evidenciam-se as rubricas mais determinantes no comportamento da despesa com a aquisição de bens e serviços.

Quadro 14 – Rubricas relevantes na despesa de Aquisição de Bens e Serviços

Composição da despesa	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Varição 2019/2018
Aquisição de bens	1.566.237,38 €	1.424.146,18 €	1.266.233,46 €	-11,09%
Matérias-primas e Subsidiárias	150.930,14 €	61.418,60 €	55.156,56 €	-10,20%
Combustíveis e Lubrificantes	252.931,49 €	261.367,43 €	258.916,87 €	-0,94%
Alimentação – Ref. Confeccionadas	418.152,56 €	442.687,10 €	475.837,45 €	7,49%
Mercadoria para venda - Água	526.881,67 €	493.676,86 €	296.334,44 €	-39,97%
Outros Bens	217.341,52 €	164.996,19 €	179.988,14 €	9,09%
Aquisição de Serviços	4.295.894,75 €	4.226.683,01 €	4.096.069,16 €	-3,09%
Encargos de Instalações	1.529.168,53 €	1.564.004,73 €	1.432.631,26 €	-8,40%
Limpeza e Higiene	857.502,27 €	864.216,73 €	888.322,87 €	2,79%
Locação de outros Bens	97.076,78 €	184.265,83 €	93.832,25 €	-49,08%
Conservação de bens	441.193,64 €	307.501,93 €	289.104,83 €	-5,98%
Transportes Escolares	244.025,21 €	249.388,87 €	270.895,01 €	8,62%
Outros Trabalhos Especializados	665.769,18 €	675.789,58 €	691.978,48 €	2,40%
Outros Serviços	461.159,14 €	381.515,34 €	429.304,46 €	12,53%

Da análise do quadro supra, as rubricas onde se registou uma variação significativa da despesa são:

- Aquisição de bens, decréscimo de 11,09% (-157.912,72 €) resultante do decréscimo de vários bens de consumo corrente, e um decréscimo na aquisição de água à EPAL. O decréscimo na aquisição de água à EPAL, não será para continuar porque o município estabeleceu no passado um contrato que tem estabelecidos limites mínimos de consumo;

Handwritten initials and marks in blue ink.

➤ Aquisição de serviços teve um decréscimo de 3,09% (- 130.613,85 €). O maior decréscimo registou-se na rubrica da locação de bens 49,08%, devido à alteração da contabilização do contrato de desobstrução de coletores. Em contrapartida, registou-se um acréscimo de despesa nas rubricas de outros serviços e trabalhos especializados. A rubrica de transportes escolares registou um aumento de 8,62%, pois apartir de setembro os transportes escolares passaram a ser efetuados pela empresa “Rodoviária do Tejo, SA”.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word 'Tejo'.

▪ **Juros e outros encargos:**

Esta é uma despesa que não tem relevância no orçamento municipal dado o baixo endividamento do Município à banca, bem como, a baixa taxa de juros atualmente em vigor. Registou um decréscimo de -1,61%, no montante de 91€.

Quadro 15 – Despesa com juros, variação 2017-2019

	2017	2018	2019	Varição 2019/2017	Varição 2019/2018
Juros e outros encargos	6.960,35€	5.692,89€	5.600,99€	-19,53%	-1,61%
Resultantes de endividamento de médio e longo prazo	5.310,22€	4.363,17€	4.099,21€	-22,81%	-6,05%
Outros juros e encargos financeiros	1.650,13€	1.329,72€	1.501,78€	-8,99%	12,94%

▪ **Transferências correntes:**

Nesta rubrica registou-se um acréscimo de 15,31% correspondente a mais 138.459€, decorrente essencialmente, como já referido anteriormente, do aumento de transferências para as Associações de Bombeiros com a criação de mais duas EIPs, nos Bombeiros de Mira de Aire e nos Bombeiros do Juncal, e de uma forma geral do aumento das transferências, também, para as associações desportivas, culturais e sociais.

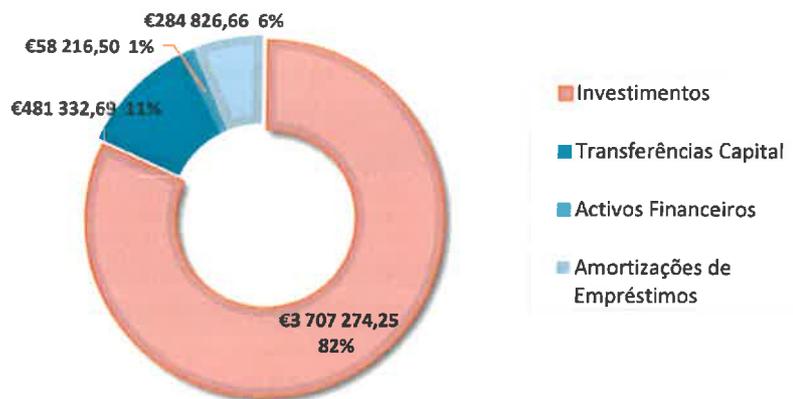
▪ **Outras despesas correntes:**

Nesta rubrica registou-se um acréscimo de 2,73% correspondente a um aumento de 9.845€, relativamente ao período homólogo. Esta rubrica teve um gasto de 483.345€. Nas outras despesas correntes são contabilizadas despesas com vários eventos educativos, sociais, desportivos e culturais realizados ao longo do ano 2019. A maioria dos gastos realizados nesta rubrica estão devidamente discriminados nas AMR (Atividades Mais Relevantes).

4.3.2 Despesa de Capital

No ano 2019 a despesa de capital registou um valor de 4.531.650,10€, correspondente a um grau de execução de 64,83%. Conforme se pode constatar no gráfico abaixo, as rubricas com maior peso continuaram a ser à semelhança dos anos anteriores, a aquisição de bens de capital no valor de 3.707.274,25€, correspondendo a 82% do total da despesa de capital, e as transferências de capital no montante de 481.332,69€, com um peso de 11% no total da despesa de capital.

Gráfico 10 - Estrutura da despesa de capital de 2019



A despesa de capital registou um decréscimo de 4,22% equivalente a -199.735,28€ que se encontra evidenciada por rubrica no quadro seguinte.

A despesa com investimento decresceu 3,30%, resultante do atraso na execução de algumas obras.

A despesa com ativos financeiros também registou um decréscimo de 33,33%, no montante de 29.108,25€ devido à redução do FAM (Fundo de Apoio Municipal), assim como também se registou uma redução da despesa com a amortização dos empréstimos em cerca de 2,21% no valor de 6.439,49€, tendo terminado no ano 2019 a amortização de um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos.

Quadro 16 - Estrutura da despesa de capital, variação 2017 – 2019

Despesa de Capital	Varição 2018/2017	Varição 2019/2017	Varição 2019/2018
Investimentos	-31,64%	-33,90%	-3,30%
Transferências Capital	75,63%	63,56%	-6,87%
Activos Financeiros	-25,00%	-50,00%	-33,33%
Outras despesas de capital	100,00%	0,00%	-100,00%
Amortizações de Empréstimos	5,10%	2,77%	-2,21%
Total	-24,85%	-28,02%	-4,22%

77
7

Handwritten signatures and notes:
 77
 Longo
 Tarco
 Teledy
 [Signature]

4.4 Relacionamento da Despesa com a Receita

A receita é a chave para o prosseguimento das atribuições específicas da autarquia, para fazer face às despesas e cumprir as obrigações assumidas. A execução da receita conseguida ao longo do ano 2019 foi superior à do ano anterior no montante de 579.837,75€.

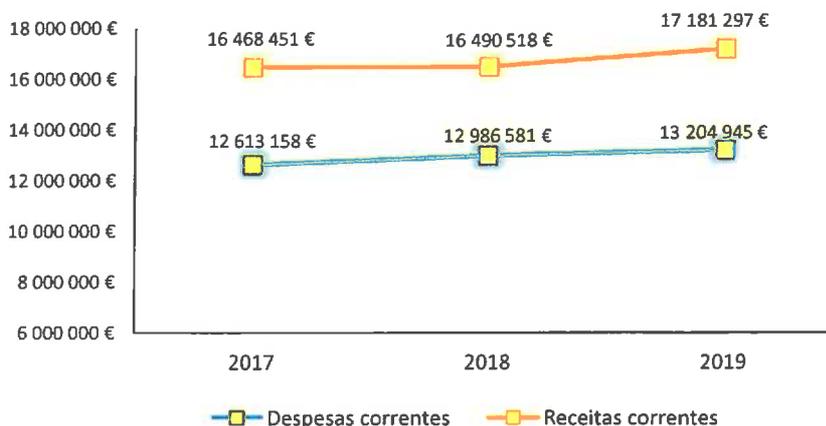
Conforme se pode constatar no gráfico abaixo, no ano 2019, tanto a despesa corrente como a receita corrente seguiram a trajetória ascendente que se iniciou em 2017. A receita corrente manteve-se superior à despesa corrente o que originou uma libertação de receita corrente para investimento (poupança corrente) no valor 3.976.352,09€

Quadro 17 – Evolução e relacionamento da despesa e da receita 2017 – 2019

	2017	2018	2019
RECEITA			
Receitas correntes	16.468.450,98€	16.490.517,53€	17.181.297,09€
Receitas capital	1.679.058,27€	1.639.923,41€	1.525.033,95€
Outras receitas	999,13€	1.965,01€	5.912,66€
Total da receita	18.148.508,38€	18.132.405,95€	18.712.243,70€
DESPESA			
Despesas correntes	12.613.157,82€	12.986.581,23€	13.204.945,00
Despesas capital	6.296.093,16€	4.731.385,38€	4.531.650,10
Total da despesa	18.909.250,98€	17.717.966,61€	17.736.595,10
RELACIONAMENTO			
Receita corrente / despesa corrente	130,57%	126,98%	130,11%
Receita de capital / despesa de capital	26,67%	34,66%	33,65%
Libertação de receita corrente para investimento	3.855.293,16€	3.503.936,30€	3.976.352,09€

Os gráficos abaixo representam a evolução e o relacionamento entre despesas (pagas) e receitas (cobradas brutas) correntes e de capital no período de 2017 a 2019.

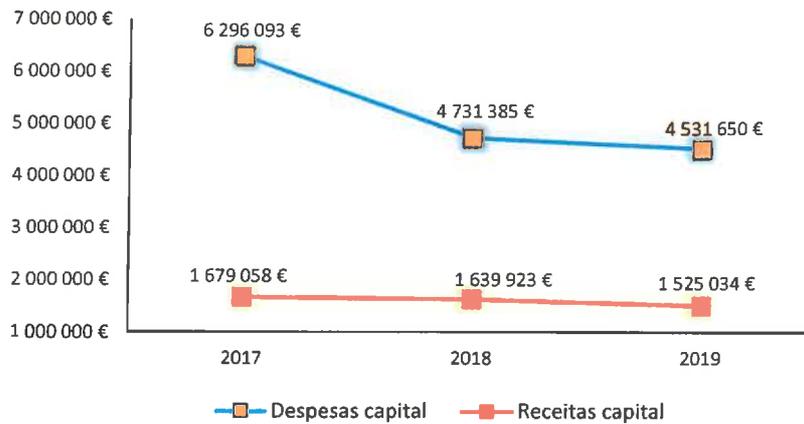
Gráfico 11 - Evolução da receita e da despesa corrente, 2017 – 2019



Pela análise do gráfico 11 e gráfico 12 podemos concluir que a receita de capital não é suficiente para cobrir as despesas de capital.

À semelhança dos anos anteriores, em 2019, a despesa de capital voltou a superar a receita de capital, o que significa que despesa de capital foi financiada por poupança corrente.

Gráfico 12 - Evolução da receita e da despesa de capital, 2017 – 2019



4.5 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP's) definem-se como um instrumento orientador do exercício da atividade do Município de Porto de Mós e são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR).

As Grandes Opções do Plano definem-se como um instrumento fundamental, que refletem as linhas de orientação estratégica do Município, estruturado por objetivos e funções. O Executivo definiu as linhas estratégicas distribuídas pelas funções gerais, sociais, económicas, e outras funções com o intuito de tornar Porto de Mós mais atrativo quer para os cidadãos residentes quer para aqueles que nos visitam. O quadro seguinte mostra a execução das Grandes Opções do Plano, com uma despesa total de 8,154M€.

Com maior expressão estão as funções sociais com valor total pago de 5.632.467,96€, seguidas pelas funções económicas com 1.210.734,12€ e pelas outras funções com 740.024,16€. As rubricas com maior peso na execução nas funções sociais são a educação, o abastecimento de água, o saneamento, resíduos sólidos e cultura. Na função económica a rubrica de maior peso foi a indústria e energia. Nas funções gerais estão incluídas as transferências entre administrações.

Em 2019 atingiu-se, ao nível das GOP's, uma taxa de compromisso de 86,14%, com uma taxa de realização de 76,14%, sendo a taxa de pagamento de 74,96%.

Pela análise do quadro abaixo podemos concluir que as rubricas que têm maior peso na execução das GOP's do Município, prefazendo cerca de 69,36% do realizado, abrangem um conjunto de objetivos essenciais na sociedade, nomeadamente a educação, o saneamento, o abastecimento de água, a recolha de resíduos sólidos urbanos, o ordenamento do território e a cultura, entre outras.

As funções económicas representam 14,62%, e incluem a conservação e a sinalização das vias, a aquisição de terrenos para a futura Área de Localização Empresarial (ALE), entre outros.

As funções gerais representam cerca de 7,04% das GOP's, e incluem despesas com a administração geral, com a proteção civil e luta contra incêndios (apoio às corporações de Bombeiros do concelho).

Nas outras funções com um peso de 8,98% registam-se, nomeadamente, o apoio às Freguesias.

O quadro abaixo faz uma síntese dos principais resultados alcançados no final do ano 2019.

Quadro 18 - Execução das Grandes Opções do Plano

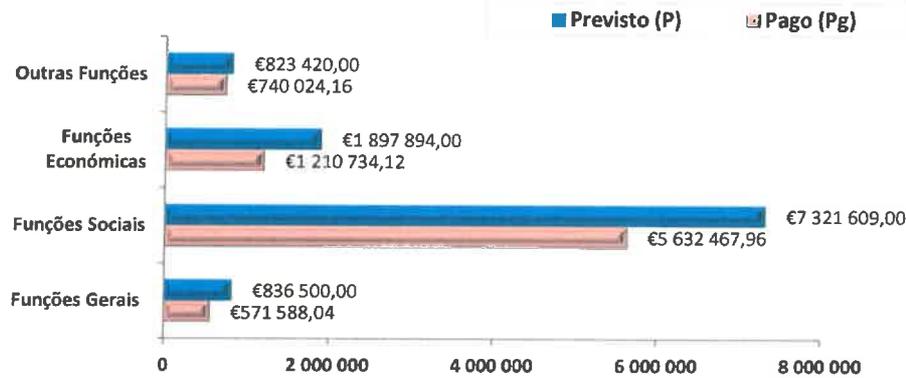
Obj.	Designação	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	836.500,00€	616.540,90€	73,70	583.118,14€	7,04	69,71	571.588,04€	7,01	68,33
111	Administração Geral	467.600,00€	267.292,43€	57,16	235.816,17€	2,85	50,43	232.286,07€	2,85	49,68
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	368.900,00€	349.248,47€	94,67	347.301,97€	4,19	94,15	339.301,97€	4,16	91,98
2	Funções Sociais	7.321.609,00€	6.518.733,03€	89,03	5.746.097,20€	69,36	78,48	5.632.467,96€	69,07	76,93
210	Educação Jardins de Infância	20.800,00€	11.594,41€	55,74	11.310,28€	0,14	54,38	11.029,63€	0,14	53,03
211	Ensino Básico	210.720,00€	147.780,01€	70,13	138.223,41€	1,67	65,60	136.718,84€	1,68	64,88
212	Serviços auxiliares de ensino	1.068.349,00 €	1.057.715,54€	99,00	1.043.726,73€	12,60	97,70	991.170,60 €	12,15	92,78
220	Saúde	90.600,00€	73.421,39€	81,04	32.954,39€	0,40	36,37	32.954,39 €	0,40	36,37
232	Ação social	124.200,00€	78.943,93€	63,56	41.668,93€	0,50	33,55	39.673,02 €	0,49	31,94
242	Ordenamento do Território	623.200,00€	505.085,97€	81,05	478.484,22€	5,78	76,78	478.484,22 €	5,87	76,78
243	Saneamento	1.515.230,00€	1.357.516,17€	89,59	1.180.549,23€	14,25	77,91	1.153.976,07€	14,15	76,16
244	Abastecimento de água	723.000,00€	636.306,35€	88,01	550.123,20€	6,64	76,09	550.123,20€	6,75	76,09
245	Resíduos Sólidos	912.900,00€	904.312,36€	99,06	891.333,25€	10,76	97,64	883.064,13€	10,83	96,73
246	Proteção do Meio Amb. e Conserv. da Nat.	330.100,00€	253.499,56€	76,79	250.499,56€	3,02	75,89	250.499,56€	3,07	75,89
251	Cultura	1.216.410,00€	1.128.839,38€	92,80	763.506,04€	9,22	62,77	751.302,29€	9,21	61,76
252	Desporto, Recreio e Lazer	426.000,00€	316.967,96€	74,41	316.967,96€	3,83	74,41	306.722,01€	3,76	72,00
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	60.100,00€	46.750,00€	77,79	46.750,00€	0,56	77,79	46.750,00€	0,57	77,79
3	Funções Económicas	1.897.894,00€	1.489.118,88€	78,46	1.210.784,12€	14,62	63,80	1.210.734,12€	14,85	63,79
320	Indústria e Energia	541.510,00€	487.843,10€	90,09	458.324,10€	5,53	84,64	458.324,10€	5,62	84,64
330	Transportes e Comunicações	580.300,00€	425.927,63€	3,40	297.619,87€	3,59	51,29	297.569,87€	3,65	51,28
341	Mercados e Feiras	41.402,00€	7.257,00€	7,53	7.257,00€	0,09	17,53	7.257,00€	0,09	17,53
342	Turismo	676.215,00€	509.874,45€	75,40	389.366,65€	4,70	57,58	389.366,65€	4,77	57,58
351	Investimentos financeiros	58.467,00€	58.216,50€	99,57	58.216,50€	0,70	99,57	58.216,50€	0,71	99,57
4	Outras funções	823.420,00€	746.775,50€	90,69	744.055,50€	8,98	90,36	740.024,16€	9,07	89,87
420	Transferências entre administrações	823.420,00€	746.775,50€	90,69	744.055,50€	8,98	90,36	740.024,16€	9,07	89,87
TOTAL		10.879.423,00€	9.371.168,11€	86,14	8.284.054,96€	100,00	76,14	8.154.814,28€	100,00	74,96

A função social é uma função prioritária para o Município de Porto de Mós, traduz uma realização de 5.746.097€, ou seja, 69,36% das GOPs.

Este valor reflete o sentido de elevar o padrão de qualidade de vida e criar condições que favoreçam o progresso, a educação, a cultura, o desportivo, o acesso a água, o saneamento, a recolha de resíduos sólidos entre outras atividades desenvolvidas neste âmbito.

No gráfico abaixo podemos verificar os desvios no ano 2019 entre os valores previstos e pagos. O maior desvio entre o previsto e o pago encontra-se na função social, que teve uma variação de -23,07% em relação ao previsto, no montante de 1.689.141€. Este desvio deve-se essencialmente ao atraso em algumas obras, nomeadamente, da “Central Termoeletrica”.

Gráfico 13 - Execução das Grandes Opções do Plano, por funções – Ano 2019



4.6 Execução Orçamental do Plano do Plurianual de Investimentos

O quadro seguinte detalha a execução do Plano Plurianual de Investimentos, por funções e objetivos.

Quadro 19 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Obj.	Designação	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	365.140€	176.755,10€	48,41	146.149,64€	3,90	40,03	142.619,54€	3,85	39,06
111	Administração Geral	325.990€	152.022,42€	46,63	121.416,96€	3,24	37,25	117.886,86€	3,18	36,16
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	39.150€	24.732,68€	63,17	24.732,68€	0,66	63,17	24.732,68€	0,67	63,17
2	Funções Sociais	3.854.244€	3.157.866,03€	81,93	2.469.024,82€	65,97	64,06	2.437.159,45€	65,74	63,23
210	Educação Jardins de Infância	20.800€	11.594,41€	55,74	11.310,28€	0,30	54,38	11.029,63€	0,30	53,03
211	Ensino Básico	170.500€	109.815,52€	64,41	101.698,87€	2,72	59,65	100.194,30€	2,70	58,76
220	Saúde	76.000€	60.429,90€	79,51	19.962,90€	0,53	26,27	19.962,90€	0,54	26,27
232	Ação social	8.000€	102,91€	1,29	102,91€	0,00	1,29	102,91€	0,00	1,29
242	Ordenam. do Território e Urbanismo	582.800€	470.030,97€	80,65	457.082,22€	12,21	78,43	457.082,22€	12,33	78,43
243	Saneamento	851.080€	694.469,30€	81,60	517.502,36€	13,83	60,81	492.963,36€	13,30	57,92
244	Abastecimento de água	722.500€	636.306,35€	88,07	550.123,20€	14,70	76,14	550.123,20€	14,84	76,14
245	Resíduos Sólidos	20.400€	14.637,00€	71,75	14.268,00€	0,38	69,94	13.972,80€	0,38	68,49
246	Proteção do Meio Ambi. e Conserv. da Natureza	330.000€	253.499,56€	76,82	250.499,56€	6,69	75,91	250.499,56€	6,76	75,91
251	Cultura	835.464€	762.923,91€	91,32	402.418,32€	10,75	48,17	402.418,32€	10,85	48,17
252	Desporto, Recreio e Lazer	235.700€	144.056,20€	61,12	144.056,20€	3,85	61,12	138.810,25€	3,74	58,89
253	Outras Ativid. Cívicas e Religiosas	1.000€	0,00€	0,00	0,00€	0,00	0,00	0,00€	0,00	0,00
3	Funções Económicas	1.765.020€	1.373.407,82€	77,81	1.127.545,26€	30,13	63,88	1.127.495,26€	30,41	63,88
320	Indústria e Energia	528.610€	487.843,10€	92,29	458.324,10€	12,25	86,70	458.324,10€	12,36	86,70
330	Transportes e Comunicações	580.300€	425.927,63€	73,40	297.619,87€	7,95	51,29	297.569,87€	8,03	51,28
341	Mercados e Feiras	41.400€	7.257,00€	17,53	7.257,00€	0,19	17,53	7.257,00€	0,20	17,53
342	Turismo	614.710€	452.380,09€	73,59	364.344,29€	9,73	59,27	364.344,29€	9,83	59,27
	TOTAL	5.984.404€	4.708.028,95€	78,67	3.742.719,72€	100,00	62,54	3.707.274,25€	100	61,95

Em matéria de investimento, no ano de 2019 atingiu-se uma taxa de compromisso de 78,67%, com uma taxa de realização de 62,54%, sendo a taxa de pagamento de 61,95%. Da execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI) verificamos que a função social é a que tem maior peso de realização (65,97%). Dentro desta função o objetivo “abastecimento de água” é o que detém maior grau de realização, cerca de 14,70%, com destaque para a realização das obras de abastecimento de água a S. Bento e a requalificação dos depósitos de água, a substituição de condutas de fibrocimento na Calvaria de Cima, entre outras. No saneamento, com um peso de 13,83%, salientamos as obras de saneamento dos Colos, Rua do Norte, Azenhas, Varzea e Boieira.

A segunda área de maior investimento do Município é a Indústria e Energia com um valor de realização de 30,13%. Trata-se de investimento em terrenos para execução da nova Área de Localização Empresarial (ALE), zona Industrial de Porto de Mós 12,25%, e a aposta na área do turismo com as obras de requalificação do centro de desportos ao ar livre para posto de turismo avançado, e a criação de condições para receber turistas nos parques de campismo de S. Bento e Mendiga/Arrimal.

4.7 Execução Orçamental das Atividades Mais Relevantes

As atividades mais relevantes apresentam um gasto de 4.447.540€, no quadro seguinte apresenta-se a execução das Atividades Mais Relevantes, por funções e objetivos.

Quadro 20 - Execução das Atividades Mais Relevantes

Obj.	Designação	Previsto (P)	Comprometido (C)	% C/P	Realizado (R)	% do total realizado	% R/P	Pago (Pg)	% do total pago	% Pg/P
1	Funções Gerais	471.360€	439.785,80€	93,30	436.968,50€	9,62	92,70	428.968,50€	9,65	91,01
111	Administração Geral	141.610€	115.270,01€	81,40	114.399,21€	2,52	80,78	114.399,21€	2,57	80,78
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	329.750€	324.515,79€	98,41	322.569,29€	7,10	97,82	314.569,29€	7,07	95,40
2	Funções Sociais	3.467.365€	3.380.867,00€	96,93	3.277.072,38€	72,16	94,51	3.195.308,51€	71,84	92,15
211	Ensino Básico	40.220€	37.964,49€	94,39	36.524,54€	0,80	90,81	36.524,54€	0,82	90,81
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.068.349€	1.057.715,54 €	99,00	1.043.726,73€	22,98	97,70	991.170,60 €	22,29	92,78
220	Saúde	14.600€	12.991,49€	88,98	12.991,49€	0,29	88,98	12.991,49€	0,29	88,98
232	Ação Social	116.200€	78.841,02€	67,85	41.566,02€	0,92	35,77	39.570,11€	0,89	34,05
242	Ordenamento do Território	40.400€	35.055,00€	86,77	21.402,00€	0,47	52,98	21.402,00€	0,48	52,98
243	Saneamento	664.150€	663.046,87€	99,83	663.046,87€	14,60	99,83	661.012,71€	14,86	99,53
244	Abastecimento de água	500€	0,00€	0,00	0,00€	0,00	0,00	0,00€	0,00	0,00
245	Resíduos Sólidos	892.600€	889.675,36€	99,67	877.065,25€	19,31	98,26	869.091,33€	19,54	97,37
251	Cultura	380.946€	365.915,47€	96,05	361.087,72€	7,95	94,79	348.883,97€	7,84	91,58
252	Desporto, Recreio e Lazer	190.300€	172.911,76€	90,86	172.911,76€	3,81	90,86	167.911,76€	3,78	88,24
253	Outras atividades cívicas e religiosas	59.100€	46.750,00€	79,10	46.750,00€	1,03	79,10	46.750,00 €	1,05 €	79,10
3	Funções Económicas	132.874€	115.710,86€	87,08	83.238,86€	1,83	62,64	83.238,86€	1,87	62,64
341	Mercados e Feiras	12.900€	0,00€	0,00	0,00€	0,00	0,00	0,00€	0,00	0,00
342	Turismo	61.505€	57.494,36€	93,48	25.022,36€	0,55	40,68	25.022,36€	0,56	40,68
351	Investimentos financeiros	58.467€	58.216,50€	99,57	58.216,50€	1,28	99,57	58.216,50€	1,31 €	99,57
4	Outras Funções	823.420€	746.775,50€	90,69	744.055,50€	16,38	90,36	740.024,16€	16,64	89,87
420	Transferências entre administrações	823.420€	746.775,50€	90,69	744.055,50€	16,38	90,36	740.024,16€	16,64	89,87
	TOTAL	4.895.019€	4.663.139,16€	95,26	4.541.335,24€	100,00	92,77	4.447.540,03€	100,00	90,86

As Atividades mais Relevantes (AMR's) são ações de relevância para o Município, que pela sua dimensão, materialidade e finalidade, são discriminadas no âmbito das despesas correntes.

No ano 2019 a taxa de compromisso foi de 95,26%, a taxa de realização de 92,77%, e os pagamentos com uma percentagem de 90,86%. O valor pago no âmbito das atividades mais relevantes, foi de 4.447.540€.

A função social é a que apresenta um gasto maior com 71,84% do valor das atividades mais relevantes. Importa evidenciar o valor gasto com os serviços auxiliares de ensino num montante realizado de 991.170€ que abrange, nomeadamente, as refeições escolares, os prolongamentos, transportes escolares, entre outros. O Município de Porto de Mós, no ano 2019 continuou com os apoios à educação, nomeadamente, gratuidade dos transportes escolares aos alunos do secundário e alargou ainda o número de bolsas para o ensino superior, apoiou os alunos com material escolar, entre outros apoios.

A segunda atividade mais relevante é os resíduos sólidos com um valor de execução de 869.091€ que engloba a limpeza, recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, com uma percentagem de execução de 19,54%.

As outras funções têm um peso de 16,64%, referem-se, nomeadamente, às transferências para as freguesias de modo a darem cumprimento aos acordos de execução e aos contratos interadministrativos.

Nas funções gerais com uma taxa de realização de 9,65%, destacou-se o gasto com a proteção civil, nomeadamente, para apoio corrente às corporações de bombeiros do concelho.

4.8 Evolução da Dívida

A evolução da dívida, pontuada a 31 de Dezembro dos últimos 6 anos, regista-se no quadro infra.

Quadro 21 - Evolução da dívida

	31DEZ2014	31DEZ2015	31DEZ2016	31DEZ2017	31DEZ2018	31DEZ2019
Empréstimos a Curto Prazo	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €	0,00€
Empréstimo Médio Longo Prazo	3.238.729,92€	2.559.746,78€	2.272.703,19€	1.988.867,41€	1.704.295,68 €	1.419.469,02€
(a) Dívida à banca	3.238.729,92€	2.559.746,78€	2.272.703,19€	1.988.867,41€	1.704.295,68 €	1.419.469,02€
Fornecedores C/C	147.851,67€	279.948,98€	201.063,79€	204.219,41€	111.137,68 €	215.933,78€
Fornecedores de Imobilizado	11.375,10€	35.235,82€	16.367,68€	19.383,15€	48.476,28 €	47.539,46€
Estado e outros entes públicos	119.340,79€	121.242,56€	153.008,19€	117.208,43€	117.714,08 €	36.268,27€
Administração Autárquica	24.660,97€	882,84€	17.098,10€	7.046,50€	10.833,66 €	20.502,67€
Outros Credores	540.865,09€	653.831,79€	729.521,02€	699.313,73€	706.646,64 €	554.462,89€
Leasing	48.835,67€	11.969,75€	0,00€	0,00€	0,00 €	0,00€
FAM	815.030,02€	698.597,02€	582.164,02€	465.731,02€	87.324,75 €	29.108,25€
(b) Dívida comercial, OT, FAM	1.707.959,31€	1.801.708,76€	1.699.222,80€	1.612.902,24€	1.082.133,09 €	903.815,32€
DÍVIDA TOTAL (a+b)	4.946.689,23€	4.361.455,54€	3.971.925,99€	3.501.769,65€	2.786.428,77€	2.323.284,34€
REDUÇÃO DA DÍVIDA	-166.409,00€	585.233,69€	389.529,55€	470.156,34€	715.340,88€	463.144,43€
	-3,48%	11,83%	8,93%	11,84%	20,43%	16,62%

OT
H




A dívida total da Autarquia, que atingiu em 31 de dezembro de 2019 o valor de 2.323.284,34€, registou uma diminuição de 463.144,43€ em relação a 31 de dezembro de 2018. Este decréscimo registado representou uma percentagem de -16,62%.

A dívida à banca registava a 31 de dezembro de 2019, em comparação com 2018, um decréscimo de 284.826,66€.

A dívida a fornecedores e a outros credores (Dívida comercial, OT e FAM) apresenta um registo de 903.815,32€ e evidencia um decréscimo de 178.317,77€ (16,48%), relativamente ao ano anterior.

A redução do stock da dívida apresenta elevada rigidez, dada a sua própria natureza:

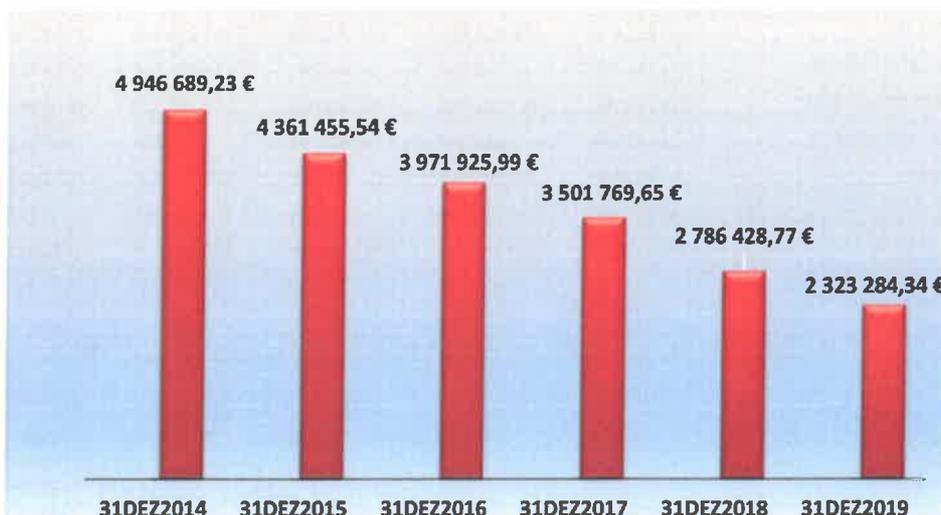
- Em operações de Tesouraria está o montante de 538.686,90€, este valor está excluído das operações orçamentais e tem cobertura integral no saldo de operações de tesouraria refletido nos fluxos de caixa;
- O FAM teve um encargo no ano de 2019 de 58.216,50€, sendo a sua subscrição legalmente programada, conforme quadro seguinte;

Quadro 22 – Cronograma de subscrição do FAM

Subscrição do FAM						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Contribuição do Município de Porto de Mós para o FAM	116.433,00 €	116.433,00 €	116.433,00 €	87.324,75 €	58.216,50 €	29.108,25 €
Subscrição realizada					494.840,25 €	
Subscrição por realizar					29.108,25 €	
TOTAL					523.948,50 €	

O gráfico abaixo reflete o bom desempenho do Município de Porto de Mós, que tem vindo a diminuir a dívida ao longo dos anos, para isso tem contribuído a diminuição da dívida, nomeadamente, à Banca e ao FAM.

Gráfico 14 - Evolução da dívida, 2014-2019



Deverá ainda ser salientado que o Município de Porto de Mós apresentou no ano de 2019 um prazo médio de pagamentos (PMP) de 9 dias, quando em 2018 se cifrava em 8 dias.

4.9 Posição Face aos Limites de Endividamento

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento. Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do Município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do Município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Quadro 23 – Posição do limite face à dívida total

Endividamento Municipal 2017 - artº 52º Lei 73/2013, de 03/09	
	Receita corrente líquida cobrada
Ano 2016	15 902 657,80 €
Ano 2017	16 407 077,29 €
Ano 2018	16 361 496,74 €
TOTAL	48 671 231,83 €
Média	16 223 743,94 €
Limite 2019	24 335 615,92€
Dívida a considerar em 31-12-2019	1 792 977,62€
Dívidas a Instituições de Crédito -MLP	1 183 676,87€
Dívidas a Instituições de Crédito - CP	235 792,15€
Fornecedores c/c	205 061,32€
Fornecedores em Conferencia	10 872,46€
Fornecedores imobilizado	35 445,47€
Fornecedores imobilizado em conferencia	12 093,99€
EOEP	36 268,27€
Administração Autárquica	20 502,67€
Outros Credores	554 462,89€
FAM (não conta para o endividamento)	29 108,25€
Contribuição do SM, AM e SEL	37 488,43€
Operações Tesouraria (não conta para o endividamento)	538 686,90€
SALDO	22.542.638,29€

Entidades contribuem para o endividamento

AIRC	9.253,65€
Mapicentro	247,00€
CIMRL	18.133,82€
CEPAE – Centro de Património da Estremadura	- €
ADAE – Associação de Desenvolvimentos da Alta Estremadura	5.598,98€
ADSAICA – Associação Desenv. Serra D’Aire e	3.124,50€
ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	1.130,48€
TOTAL	37.488,43€

Nota: O valor da contribuição das entidades SM, AM e SEL é provisório.

Deste novo enquadramento legal e conforme explanado no quadro supra, resultou para o Município de Porto de Mós e para o Exercício de 2019, um limite à dívida total fixado em 24.335.615,92€.

No final do Exercício, verificou-se que a dívida que contribui para o endividamento do Município se cifrou em 1.792.977,62€, circunstância que assegurou que em 31 de dezembro de 2019 existisse margem para endividamento de 22.542.638,29€, conforme explanado no quadro 23.

4.10 Análise Patrimonial

Apresenta-se neste ponto uma breve análise à situação patrimonial e financeira do Município de Porto de Mós a 31 de dezembro de 2019, tendo por base os documentos Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se quando oportuno, a comparação com anos económicos anteriores.

4.10.1 Análise do Balanço

O Balanço e de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), reflete à data de 31 de Dezembro de 2019 a situação patrimonial do Município de Porto de Mós.

O total do ativo registou o montante de 66.080.017,01€ no final do ano 2019. Por seu lado, o Passivo atingiu o valor 15.249.110,45€ e os Fundos Próprios o valor de 50.830.906,56€.

- **ATIVO**

O Ativo é composto pelo imobilizado, existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos.

O imobilizado é a rubrica que maior peso tem na composição do ativo. No ano 2019 alcançou o montante de 57.205.662,43€, com um peso de 86,57%, conforme se pode observar no gráfico abaixo. No que respeita ao imobilizado a variação positiva no ano transato é justificada pela inventariação de diversas obras, nomeadamente, a requalificação das ruas na freguesia de S. Bento, na execução de um miradouro na Corredoura, a requalificação dos parques de campismo de S. Bento e Mendiga/Arrimal e, ainda, as

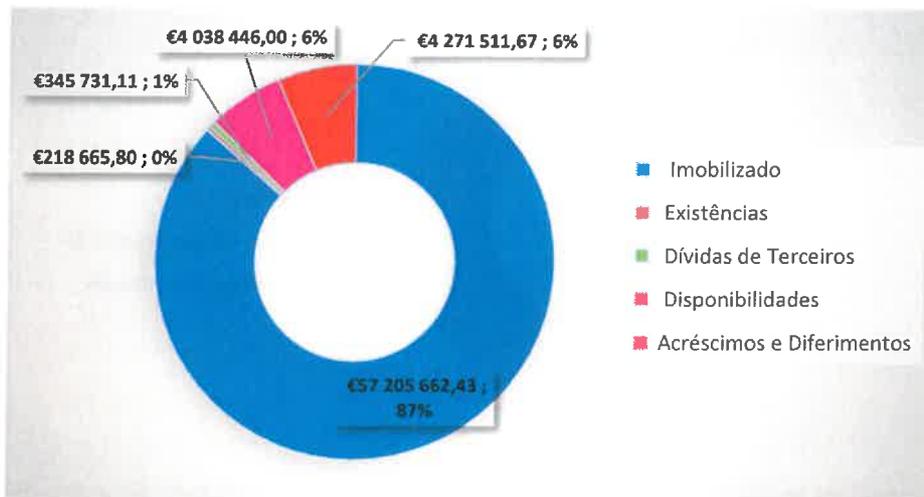
01
A
7

CF *Sam* *Jara*
Município de Porto de Mós
ideg
A
AF

obras de requalificação do castelo de Porto de Mós. Este último está inventariado como obra em propriedade alheia no valor de 195.877,53€.

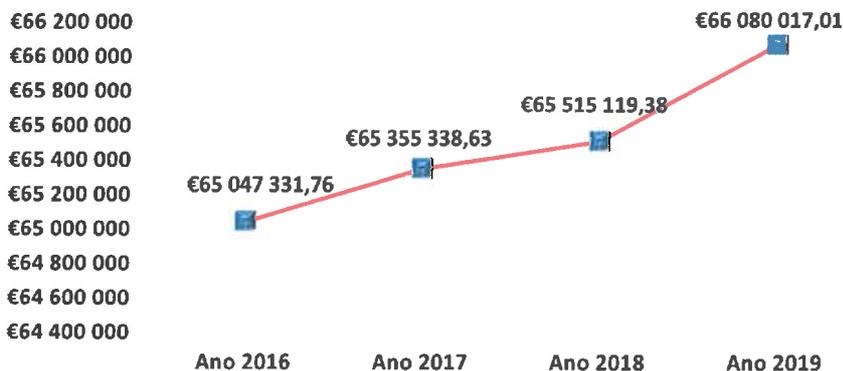
Os acréscimos e diferimentos representam 6,46% do ativo e estão discriminados nos anexos às demonstrações financeiras. As disponibilidades também representam 6,11% da composição do ativo com um montante de 4.038.446€.

Gráfico 15 – Composição do Ativo Líquido - Ano 2019



O Ativo Líquido manteve a tendência crescente verificada em anos anteriores, conforme demonstra o gráfico seguinte. No final do ano 2019 totalizou-se em 66.080.017,01€, tendo registado um ligeiro aumento de 0,86% no montante de 564.897,63€, comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 16 – Evolução do Ativo Líquido 2016-2019

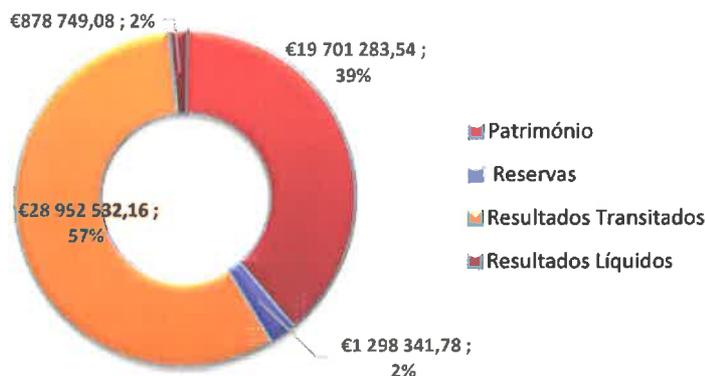


• **FUNDOS PRÓPRIOS**

O Município de Porto de Mós tem tido um acréscimo de fundos próprios, uma vez que teve resultados líquidos do exercício positivos.

No final do ano 2019 os Fundos Próprios registaram o valor de 50.830.906,56€, para o qual contribuíram, essencialmente, os resultados transitados no valor de 28.952.532,16€, que representaram 57% e o valor do património no montante de 19.701.283,54€, com 39%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 17 – Composição dos Fundos Próprios - Ano 2019



Os Fundos próprios também continuaram a linha de crescimento registada ao longo de vários anos, conforme demonstra o quadro seguinte. No exercício de 2019 registaram um acréscimo de 2,17% no valor de 1.079.253,58 € em relação ao ano económico transato.

Gráfico 18 – Evolução dos Fundos Próprios

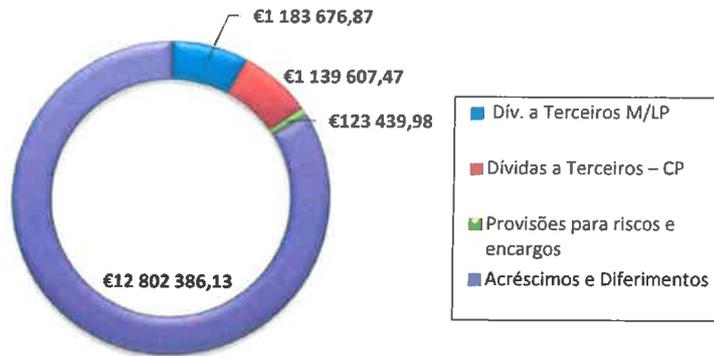


• **PASSIVO**

O decréscimo do passivo é, fundamentalmente, justificado pela diminuição das dívidas de médio e longo prazo e pela diminuição das dívidas de curto prazo. O passivo registou o valor de 15.249.110,45€, sendo composto pelas dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo, provisões para riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos.

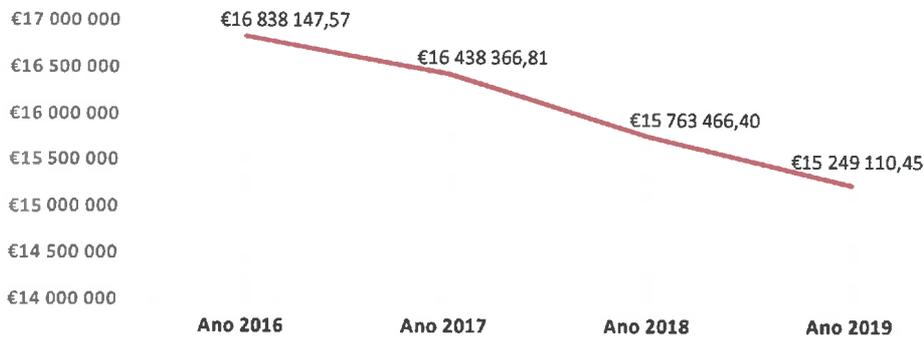
Os acréscimos e diferimentos é a componente do passivo com maior peso com o montante de 12.802.386,13€, correspondendo a cerca de 83,95%, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 19 – Composição do Passivo Ano 2019



O Passivo manteve a tendência decrescente verificada nos últimos anos, como demonstra o gráfico seguinte. No final do ano 2019 o valor do Passivo diminuiu cerca de 3,26% correspondente a uma redução de 514.355,95€.

Gráfico 20 – Evolução do Passivo 2016-2019



4.10.2 Análise da Demonstração de Resultados

• PROVEITOS

No ano 2019 os proveitos e ganhos deram continuidade à trajetória ascendente verificada nos anos anteriores. No final de 2019 ascenderam a 18.346.188,42€. Os proveitos operacionais são os que têm maior valor, cerca de 17.476.674,78€, seguidos pelos proveitos extraordinários no valor de 859.710,85€ e pelos proveitos financeiros no montante 9.802,79€.

Quadro 24 – Composição dos Proveitos e Ganhos Operacionais, variação Ano 2019-2018

Conta do POCAL	Proveitos e Ganhos Operacionais	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
		Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	abs.	%
71	Vendas e Prestações de serviços	2.699.775,41€	2.582.434,56€	2.776.925,12€	194.490,56€	7,53%
72	Impostos e Taxas	4.414.824,32€	4.752.422,42€	4.421.792,34€	-330.630,08€	-6,96%
74	Transferências e Subsídios Obtidos	8.656.831,77€	8.532.841,14€	9.257.466,38€	724.625,24€	8,49%
76	Outros proveitos e Ganhos Operacionais	1.102.016,94€	977.741,57€	1.020.490,94€	42.749,37€	4,37%
	TOTAL	16.873.448,44€	16.845.439,69€	17.476.674,78€	631.235,09 €	3,75%

DA
M

Da análise do quadro, podemos identificar a tipologia de proveitos incluídos nos proveitos operacionais e a sua evolução ao longo dos últimos anos.

Registou-se uma variação positiva, em comparação com o período homólogo, das vendas e prestações de serviços (7,53%), transferências e subsídios obtidos 8,49% e outros proveitos operacionais 4,37%.

Por outro lado, registou-se uma redução na receita dos impostos e taxas de 6,96%, resultante da cobrança de menos Imposto Municipal de Transmissões Onerosa Imóveis e de menos receita proveniente dos loteamentos de empresas.

• CUSTOS

Os custos e perdas no ano 2019 exibiram uma variação de 2,33%, face ao ano anterior. A conta da classe 6 do POCAL, onde se registam todos os custos e perdas, totalizou no exercício de 2019 o valor de 17.467.439,34€. Os custos operacionais são os que têm maior valor, cerca de 16.808.666,90€ seguido dos custos extraordinários no valor de 652.916,64€ e por último os custos financeiros no valor de 5.855,80€.

Quadro 25 – Composição dos Custos e Perdas Operacionais, variação Ano 2019-2018

Conta do POCAL	Custos e Perdas Operacionais	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
		Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	abs.	%
61	CMVMC	704.786,31 €	634.129,35 €	505.642,45 €	-128.486,90 €	-20,26%
62	Fornecimento e serv. externos	5.780.585,57 €	5.708.463,96 €	5.878.597,72 €	170.133,76 €	2,98%
63	Transferências e Subsídios correntes concedidos	817.030,12 €	906.465,03 €	1.047.155,10 €	140.690,07 €	15,52%
64	Custos com Pessoal	4.911.062,80 €	5.230.040,96 €	5.415.632,54 €	185.591,58 €	3,55%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	127.637,58 €	123.566,51 €	135.714,45 €	12.147,94 €	9,83%
66	Amortizações do exercício	3.732.628,64 €	3.742.432,58 €	3.759.627,97 €	17.195,39 €	0,46%
67	Provisões do exercício	112.998,78 €	80.169,90 €	66.296,67 €	- 13.873,23 €	-17,30%
TOTAL		16.186.729,80 €	16.425.268,29 €	16.808.666,90 €	383.398,61 €	2,33%

Da análise do quadro supra podemos identificar o tipo de custos incluídos nos custos operacionais e a sua evolução ao longo dos últimos 3 anos. No ano 2019 registou-se um ligeiro acréscimo dos custos operacionais no valor de 383.398,61€, cerca de 2,33%, relativamente ao ano 2018.

Os custos com fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e, também, as amortizações do exercício continuam a ser os custos e perdas operacionais mais relevantes.

• RESULTADOS

Ao confrontar o total dos proveitos com o total dos custos obtemos o Resultado Líquido do Exercício, o qual se fixou no final do ano 2019, em 878.749,08€, mais 158.647,20€ do que no ano transato, tal como podemos confirmar no quadro abaixo.

Quadro 26 – Resultado Líquido do Exercício, variação Ano 2019-2018

	2017	2018	2019	Variação 2019/2018	
	Valor (€)	Valor (€)	Valor (€)	abs.	%
Resultados Operacionais (A) (Prov.Operacional - Custo Operacional)	686.718,64€	420.171,40€	668.007,88€	247.836,48€	58,98%
Resultados Financeiros (B) (Prov.Financeiros - Custos Financeiros)	28.093,09€	1.362,54€	3.946,99€	2.584,45€	189,68%
Resultados Extraordinários (C) (Prov.Extraordinários - Custos Extraordinários)	-151.345,00€	298.567,94€	206.794,21€	-91.773,73€	-30,74%
Resultado Líquido do Exercício (A + B + C)	563.466,73€	720.101,88€	878.749,08€	158.647,20€	22,03%

4.11 Indicadores de Gestão Financeira e de Execução Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, baseando-se em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Permite comparar a evolução dos diversos agregados ao longo dos anos de 2016 a 2019, facilitando e tornando mais precisa a informação.

Da análise ao quadro abaixo, verificamos que o Município de Porto de Mós melhorou em termos globais todos os seus indicadores de gestão.

A liquidez geral é o rácio financeiro que mede a capacidade do Município de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo. Fruto da redução da dívida, este rácio revela uma evolução positiva em 2018 e 2019 face aos anos anteriores. Situação semelhante se verificou com o grau de Liquidez Reduzida e Liquidez Imediata.

O coeficiente de solvabilidade avalia a capacidade da entidade em liquidar as responsabilidades assumidas, quer a curto quer a M/L prazo, evidenciando um excelente grau de independência relativamente aos credores.

Quadro 27 - Indicadores de gestão Patrimonial 2016 – 2019

Rácios Financeiros	2016	2017	2018	2019
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo a Curto Prazo)	377,06%	338,98%	304,26%	403,90%
Liquidez Reduzida ((Ativo Circulante - Existências) / Passivo a Curto Prazo))	281,42%	244,73%	288,27%	384,71%
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo a Curto Prazo)	242,76%	196,47%	240,71%	354,37%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido)	74,29%	74,96%	75,94%	76,92%
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo Total)	287,00%	299,31%	315,61%	333,34%
Endividamento (Dividas a terceiros CMLP / Ativo Líquido (a))	8,51%	7,26%	5,66%	4,55%
Estrutura do Endividamento (Dividas a terceiros CP / Ativo Líquido (a))	3,16%	3,01%	2,72%	2,23%
Grau de Dependência dos Empréstimos (Empréstimos CMLP / Ativo Líquido (a))	4,73%	4,13%	3,46%	2,78%

a) Não são considerados os Bens de Domínio Público

Apresentamos um conjunto de indicadores de gestão e de execução orçamental, obtidos com base no controle orçamental da receita, e controle orçamental da despesa.

Quadro 28 - Indicadores de gestão e de Execução Orçamental 2016 – 2019

Rácios Orçamentais	2016	2017	2018	2019
Rácios de Estrutura da Receita				
Impostos Diretos / Receita Corrente	26,41%	26,45%	27,69%	26,04%
Transferencia Correntes / Receitas Correntes	48,24%	47,66%	48,36%	48,04%
Transferencia Capital / Receita Capital	87,42%	75,97%	84,51%	97,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	14,72%	17,40%	16,06%	16,79%
Receitas Correntes / Receitas Totais	85,86%	78,83%	90,95%	91,85%
Receita de Capital / Receita Total	14,59%	8,04%	9,05%	8,15%
Rácios de Estrutura da Despesa				
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	40,12%	41,12%	39,68%	41,03%
Investimento / Despesa Capital	86,02%	88,24%	81,03%	81,81%
Despesa Corrente / Despesa Total	65,54%	70,71%	74,13%	74,45%
Despesa Capital / Despesa Total	32,19%	39,34%	27,01%	25,55%
Rácios Financeiros Orçamentais				
Despesa Pessoal / Receita Corrente	30,46%	28,53%	31,24%	31,53%
Transferencias OE / Despesa Total	37,03%	43,49%	40,71%	43,13%
Receita Corrente / Despesa Corrente	131,72%	144,16%	126,98%	130,11%
Receita Capital / Despesa Capital	45,58%	26,43%	34,66%	33,65%
Receita Total / Despesa Total	100,54%	129,32%	103,49%	105,47%
Rácios de Investimento				
Investimento / População Residente (*)	209,75 €	230,39 €	157,49 €	152,30 €
Investimento / Área Municipal (KM2) (*)	19.266,74 €	21.163,14 €	14.466,72 €	13.989,71 €
Rácios Desp. Pública por Habitante				
Despesa Total / População Residente	757,59 €	663,67 €	719,67 €	728,64 €

(*) Considerou-se População residente 24.342 Habitantes (Censos 2011)

(*) Considerou-se área Municipal 265 Km2

4.12 Responsabilidades Contingentes

Tendo por base o conceito de «Responsabilidades contingentes», como emanado da alínea i) do Artigo 2.º do RFALEI, cumpre registar:

Foram criadas provisões na conta 292 para Riscos e Encargos, para os seguintes processos judiciais em curso:

- Processo 50/16 BELRA (no valor de 12.238,96€);
- Processo 278/16 BELRA (no valor de 10.264,73€);
- Processo 1120/17 BELRA a (no valor de 15.000,01€);
- Processo 614/19 BELRA a (no valor de 15.000,01€).

4.13 Consolidação de Contas

As regras de consolidação de contas foram revistas pelo RFALEI. Nos termos do seu Artigo 75.º, os Municípios são entidade consolidante e devem apresentar contas consolidadas com as entidades controladas, de forma direta ou indireta.

A presunção de controlo é aferida pela verificação dos seguintes pressupostos:

- a) Quanto a serviços municipalizados e intermunicipalizados: a sua detenção, total ou maioritária;
- b) Quanto a entidades de natureza empresarial: a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. Deverão ainda ser consolidadas as contas das empresas, na proporção da respetiva participação ou detenção, independentemente da percentagem de participação ou detenção que o Município detenha.
- c) Quanto a entidades de outra natureza:
 - i) A verificação de pressupostos de poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - ii) A verificação de pressupostos de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.
- d) A existência de poder de controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:
 - i) A faculdade de vetar os orçamentos;
 - ii) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
 - iii) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
 - iv) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
 - v) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Conforme o enquadramento legal referido o Município de Porto de Mós apresenta no quadro seguinte as participações existentes em 31DEZ2019:

Quadro 29 – Perímetro da consolidação, nos termos do RFALEI

Identificação da entidade		Caracterização da entidade			Presunção de controlo conforme o Artigo 75.º do RFALEI		Proporção da participação ou detenção	Montante da participação ou detenção
NIPC	Designação	Tipo de entidade	CAE	Capital Próprio	Classificação	Objecto de consolidação?		
Entidades societárias								
513606181	AdCL - Águas do Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	37002	99.123.363 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,20%	81.055,00 €
501638938	Mapicentro Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos, S.A.	Sociedade Anónima	10110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,01%	230,00 €
506125890	Open - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995	979.717 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,10%	500,00 €
503811866	Valoris - Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.	Sociedade Anónima	38212	6.801.722 €	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	4,33%	86.600,00 €
Entidades não societárias								
501627413	ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	94110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	0,32%	
508035546	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)	Comunidade Intermunicipal	94995		Entidade consolidante	Não	10,00%	
505074737	ENERDURA - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	5,76%	
502500867	ADSAICA - Associação de Desenvolvimento de Serra de Aire e Candeeiros	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	91042		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	12,50%	
501378669	AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Associação de Municípios de fins específicos	63110		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	3,09%	
503725099	Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura	Associação de Direito privado sem fins lucrativos	94995		Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º	Não	13,89%	

Em face do atrás aludido, pode-se concluir que o Município de Porto de Mós não é obrigado, legalmente, a consolidar contas com nenhuma empresa ou entidade.

4.14 Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos surge como um sistema complementar de informação à contabilidade orçamental e à contabilidade patrimonial, visando apurar o valor real do custo das atividades da autarquia e fornecer toda a informação necessária ao planeamento e ao controlo da gestão municipal. A informação obtida é importante para dar cumprimento à Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro, ou seja, para a fixação de taxas, tarifas e preços dos bens e serviços produzidos. O Município de Porto de Mós, para obter uma informação mais completa, também, optou por tratar os proveitos, embora o Pocal não o exija.

A contabilidade de custos é transversal a toda a atividade municipal, desde à gestão de stocks, à gestão do pessoal, passando pelo património municipal, são alguns dos exemplos onde a contabilidade de custos vai absorver dados em prol de uma informação verdadeira e adequada.

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano

2008 o sistema de contabilidade de custos.

Este sistema tem por objetivo o controlo dos custos e pretende ser uma fonte de informação que facilite e oriente a tomada de decisões do Executivo. Com o decorrer do tempo, a contabilidade de custos tem sido melhorada e ajustada à realidade operacional da organização, pois a contabilidade de custos é dinâmica e deve ser modelada ano após ano. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do Executivo Municipal.

No ano 2019, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, e foram criados mais bens e serviços que contribuem para um melhor conhecimento do custo das ações realizadas pelo Município.

Os bens e serviços estão organizados de acordo com o classificador funcional das despesas estipulado no ponto 10.1 do POCAL.

O Município de Porto de Mós não tem realizado obras por administração direta e optou por espelhar nos bens da contabilidade de custos os vários edifícios municipais com o intuito de apurar os custos de cada um deles. No que diz respeito aos serviços, estes refletem as principais atividades, eventos e projetos desenvolvidos nas várias áreas de atuação do Município.

Atualmente esta fonte de dados contribui para um melhor conhecimento dos gastos nas áreas da educação, da cultura, do abastecimento de água entre outros serviços. Os centros de custos criados dão respostas às necessidades crescentes da instituição e para dar resposta a instituições externas, nomeadamente, à ERSAR.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

REPARTIÇÃO DE CUSTOS

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indiretos efetua-se, após o apuramento dos custos diretos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções;
2. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada bem e serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

APURAMENTO DE CUSTOS

O POCAL estabelece, no seu ponto 2.8.3.6 e no ponto 12.3, as diferentes fichas que servem de base para o apuramento dos custos municipais durante cada exercício.

Estas fichas são:

- CC-1: Materiais;
- CC-2: Cálculo custo/hora de mão-de-obra;
- CC-3: Mão-de-obra;
- CC-4: Cálculo custo/hora de máquinas e viaturas;
- CC-5: Máquinas e viaturas;
- CC-6: Apuramento de custos indiretos;
- CC-7: Apuramento de custos de bem ou serviço;
- CC-8: Apuramento de custos diretos por função;
- CC-9: Apuramento de custos por função.

O quadro seguinte apresenta os gastos efetuados nas seguintes Funções:

- Funções Gerais;
- Funções Sociais;
- Funções Económicas;
- e outras Funções.

Quadro 29 - Apuramento de custos por função

Funções	Custos Totais			Variação 2018-2019	Peso das Funções no Total dos Custos		
	2017	2018	2019		2017	2018	2019
1 Funções Gerais	3.712.250,91€	3.317.439,47€	3.483.726,07€	5,01%	20,83%	20,12%	20,67%
111 Adm. Geral	3.415.218,11€	2.864.784,03€	3.014.366,14€	5,22%	19,16%	17,37%	17,88%
120 Segurança ordem públicas	13.508,52€	0,00€	507,38€	0,00%	0,08%	0,00%	0,00%
121 Prot. civil luta c. incêndios	283.524,28€	452.655,44€	468.852,55€	3,58%	1,59%	2,75%	2,78%
2 Funções Sociais	10.922.119,57€	9.915.330,41€	9.987.595,31€	0,73%	61,28%	60,14%	59,25%
210 e 211 Educação e Ens. Não Superior	2.851.429,89€	2.194.348,43€	2.159.158,62€	-1,60%	16,00%	13,31%	12,81%
212 Serviços Auxiliares Ensino	989.973,98€	1.066.333,68€	1.186.792,47€	11,30%	5,55%	6,47%	7,04%
220 Saúde	31.398,24€	21.805,05€	34.621,36€	58,78%	0,18%	0,13%	0,21%
232 Ação social	382.154,16€	304.966,03€	223.532,37€	-26,70%	2,14%	1,85%	1,33%
242 Ordenamento do Território	140.936,03€	65.109,08€	124.010,04€	90,47%	0,79%	0,39%	0,74%
243 Saneamento	1.120.868,91€	1.096.071,14€	1.101.354,87€	0,48%	6,29%	6,65%	6,53%
244 Abast. Água	1.836.002,72€	1.578.293,88€	1.526.062,59€	-3,31%	10,30%	9,57%	9,05%
245 Resíduos sólidos	958.291,91€	1.012.226,38€	1.041.900,67€	2,93%	5,38%	6,14%	6,18%
246 Prot. Meio Amb. C. Natureza	511.758,02€	545.762,16€	522.633,16€	-4,24%	2,87%	3,31%	3,10%
251 Cultura	1.103.626,52€	1.206.169,67€	1.262.333,16€	4,66%	6,19%	7,32%	7,49%
252 Desporto, Recreio e Lazer	964.271,11€	803.580,79€	780.164,49€	-2,91%	5,41%	4,87%	4,63%
253 Outras Ativ. Cívicas/religiosas	31.408,08€	20.664,12€	25.031,51€	21,14%	0,18%	0,13%	0,15%
3 Funções Económicas	2.869.340,39€	2.759.291,50€	2.835.015,64€	2,74%	16,10%	16,74%	16,82%
320 Indústria e Energia	872.590,09€	955.679,83€	902.136,07€	-5,60%	4,90%	5,80%	5,35%
330/331 Transp. Rodoviários	1.971.612,61€	1.775.455,89€	1.887.453,78€	6,31%	11,06%	10,77%	11,20%
341 Mercados e Feiras	25.137,69€	28.155,78€	45.117,49€	60,24%	0,14%	0,17%	0,27%
342 Turismo	0,00€	0,00€	271,20€	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
350 Outras F. Economicas	0,00€	0,00€	37,10€	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
4 Outras Funções	319.360,64€	496.035,25€	549.836,84€	10,85%	1,79%	3,01%	3,26%
410 Operações dívida autárquica	3.761,57€	6.633,18€	6.349,58€	-4,28%	0,02%	0,04%	0,04%
420 Transf. entre Administrações	315.599,07€	489.402,07€	543.487,26€	11,05%	1,77%	2,97%	3,22%
Total	17.823.071,51€	16.488.096,63€	16.856.173,86€	2,23%	100%	100%	100%

5. Atividade Municipal

As Grandes Opções do Plano, como documento orientador da estratégia do Executivo Municipal, refletem as apostas e investimentos prioritários de toda a gestão municipal. Representados por funções, estas opções dividem-se em quatro pilares fundamentais: as **Funções Gerais**, onde se incluem as rubricas associadas à Administração Geral e à Proteção Civil e Luta Contra Incêndios; as **Funções Sociais**, onde constam as rubricas da Educação, da Ação Social, da Saúde, do Ordenamento do Território, do Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos, da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, da Cultura, do Desporto, Recreio e Lazer, e de Outras Atividades Cívicas e Religiosas; as **Funções Económicas**, que contemplam as rubricas de Indústria e Energia, de Transportes e Comunicação, de Mercados e Feiras, de Turismo e de Investimentos Financeiros; e de **Outras Funções**, que integram as rubricas de Transferências entre Administrações.

Este ano de 2019, sendo o segundo ano completo sob gestão deste novo Executivo Municipal, naturalmente reflete a solidificação das apostas iniciadas no ano anterior. Durante o ano em análise foi visível o reforço do Executivo nos apoios sociais, nomeadamente, aos alunos do nosso concelho, bem como, o fortalecimento nas apostas da Cultura e Turismo, sem nunca descorar o investimento basilar no saneamento básico e abastecimento de água a todo o nosso território.

Quadro 31 – Evolução das Grandes Opções do Plano, 2015 - 2019

Designação	2015	2016	2017	2018	2019
Administração Geral	659 279,84 €	378 687,91 €	259 001,11 €	414 017,44 €	232 286,07 €
Segurança e Ordem Públicas	47 902,62 €	274 650,92 €	73,80 €	- €	- €
Proteção Civil e Luta contra Incêndios	169 923,78 €	190 242,69 €	335 596,29 €	487 040,60 €	339 301,97 €
Educação Jardins Infância	13 503,51 €	14 970,32 €	4 403,97 €	12 222,69 €	11 029,63 €
Ensino Básico	386 991,78 €	1 585 118,38 €	1 246 527,32 €	238 820,06 €	136 718,84 €
Serviços Auxiliares de Ensino	827 299,75 €	763 995,17 €	866 501,18 €	945 251,60 €	991 170,60 €
Saúde	4 500,00 €	2 700,00 €	20 000,00 €	7 626,53 €	32 954,39 €
Ação Social	18 961,57 €	91 278,48 €	112 761,32 €	114 467,20 €	39 673,02 €
Ordenamento do Território	595 624,77 €	620 118,13 €	1 002 213,56 €	413 257,46 €	478 484,22 €
Saneamento	1 047 550,76 €	943 161,44 €	1 122 881,88 €	1 294 719,37 €	1 153 976,07 €
Abastecimento de Água	705 487,09 €	692 855,44 €	567 532,60 €	521 172,30 €	550 123,20 €
Resíduos Sólidos	924 985,02 €	914 298,77 €	845 524,18 €	849 896,51 €	883 064,13 €
Proteção Meio Ambiente e Cons. Natureza	142 742,95 €	13 079,72 €	49 426,95 €	23 034,07 €	250 499,56 €
Cultura	260 484,75 €	563 579,40 €	311 023,67 €	617 685,80 €	751 302,29 €
Desporto, Recreio e Lazer	158 298,40 €	218 248,66 €	160 250,66 €	227 737,94 €	306 722,01 €
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	35 000,00 €	36 500,00 €	23 089,18 €	9 500,00 €	46 750,00 €
Indústria e Energia	8 975,00 €	32 270,61 €	39 124,88 €	523 744,22 €	458 324,10 €
Transportes e Comunicações	776 830,65 €	622 779,07 €	1 540 285,88 €	515 089,65 €	297 569,87 €
Mercados e Feiras	35 282,80 €	149 971,58 €	239 361,50 €	30 135,00 €	7 257,00 €
Turismo	- €	10 688,70 €	- €	57 853,05 €	389 366,65 €
Investimentos Financeiros	116 433,00 €	116 433,00 €	116 433,00 €	87 324,75 €	58 216,50 €
Transferências entre Administrações	489 132,54 €	512 259,21 €	472 693,45 €	679 812,61 €	740 024,16 €

Da análise do quadro supra, apuramento de custos por função, verificamos que se registou um acréscimo dos custos em 2,23%, cerca de 368.077,23€.

De referir que as funções com maior relevância nos custos totais do Município são as funções sociais com um peso de 59,25%. Dentro destas têm maior peso a educação e serviços auxiliares de ensino, com 19,85%, seguida do abastecimento de água 9,05%. As funções gerais representaram, no ano 2019, 20,67% dos custos totais. Dentro das funções económicas, a que tem maior peso é a relacionada com os transportes rodoviários com cerca de 11,20% dos custos totais.

4.15 Resultado Líquido do Exercício

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que seja aprovado o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 878.749,08€, e que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

- Que o mesmo seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados;
- Que a conta 59 – Resultados Transitados reforce as Reservas Legais no montante de 87.874,91€ (10% do resultado líquido);
- Que o saldo da conta 51-Património, por ser superior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20,00% do Ativo Líquido), não seja objeto de reforço.

Município de Porto de Mós, 9 de Junho de 2020

O Presidente da Câmara,

(José Jorge Couto Vala)

Handwritten signature and initials in blue ink.

6.1 Administração Geral

No seguimento dos documentos previsionais para 2019 era esperada uma quebra de investimento na função de Administração Geral. Esta redução está diretamente ligada ao forte investimento que foi necessário efetuar do decorrer do ano de 2018 para efeitos de melhoria de diversos edifícios da Administração local que se encontravam em défices estruturais.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Gráfico 21 - Administração Geral



Outro fator que provocou este decréscimo foi o atraso no procedimento para aquisição de algumas viaturas de serviço, que apenas se efetivou no primeiro trimestre do ano 2020, estando por concluir ainda a aquisição de mais uma viatura elétrica, como previsto inicialmente.

6.2 Proteção Civil e Lutar Contra Incêndios

Em relação aos investimentos nas áreas da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, este Executivo no decorrer do ano em análise manteve o forte investimento que já tinha imprimido no ano de 2018, conseguindo mesmo uma execução de cerca de 92% em relação ao previsto inicialmente.

Aproximadamente 81% da execução desta função, pertence ao apoio direto às Associações de Bombeiros, que tem vindo gradualmente a aumentar, atingindo no ano de 2019 cerca de 277.369,29€.

Gráfico 22 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios


6.3 Educação

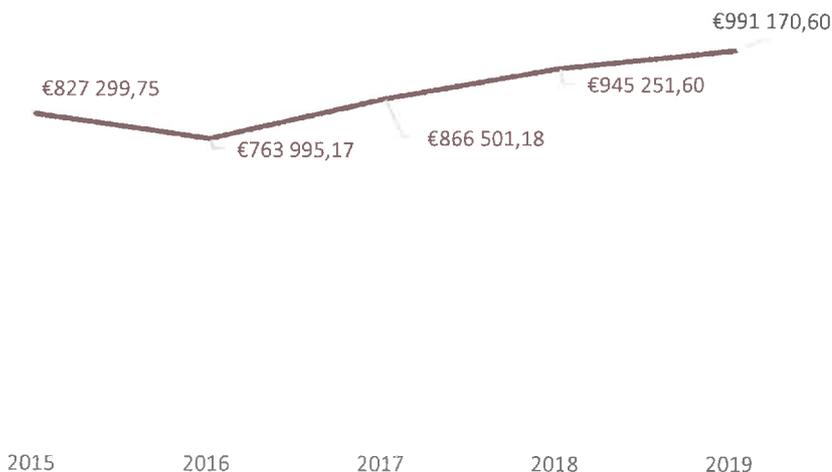
A área da Educação é certamente dos investimentos que maior retorno pode trazer a uma sociedade no médio e longo prazo. Não sendo uma competência direta do Município, a gestão da área educativa no concelho pode, e deve, ser uma preocupação constante das Autarquias locais, no que diz respeito às condições físicas e no conforto para os alunos do concelho. Mas, principalmente, cabe às Autarquias a garantia do funcionamento do elevador social, para que todas as crianças do concelho, independentemente da condição financeira e familiar com que nascem, tenham o mesmo acesso a todos os momentos educativos da sua vida.

Neste sentido, o Município tem apostado cada vez mais nos serviços auxiliares de ensino, como representa o gráfica em baixo, com um aumento de investimento de cerca de 15% nos últimos dois anos. Totalizando perto de um milhão de euros de investimento, os grandes aumentos em relação ao ano de 2018 são no apoio a refeições escolares, com um aumento próximo dos 15 mil euros, e nas bolsas de estudo, onde o investimento mais que triplicou. Para além destes aumentos, a Autarquia mantém o forte investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular, nos Prolongamentos de Horário e Atividades de Apoio á Família e nos transportes escolares. Todas estas rubricas estão diretamente ligadas à condição socioeconómica das famílias, o que significa que, cada vez mais, é fundamental continuar este investimento de equidade perante o universo de imensa diversidade de alunos por todo o território.

07
AF
M

CF
S
J
T
Telef

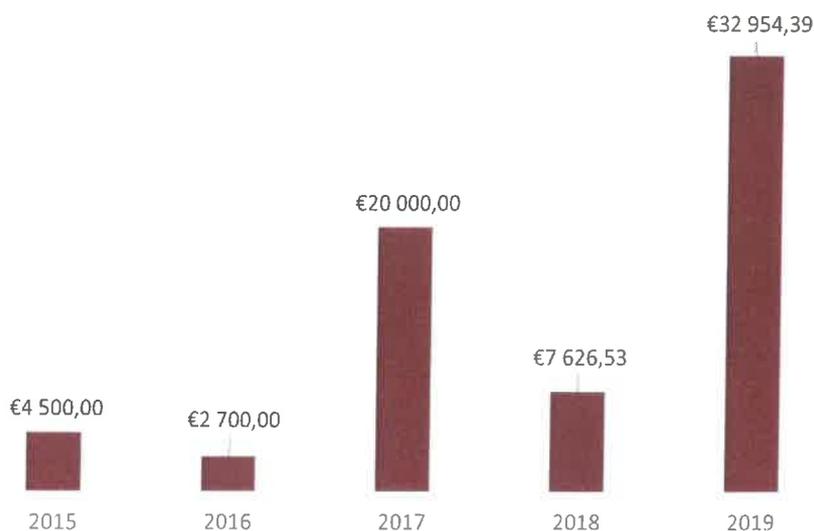
Gráfico 23 - Serviços Auxiliares de Ensino



6.4 Saúde

Os investimentos na área da saúde são, de certa forma, limitados para uma Autarquia, uma vez que a gestão não está na esfera municipal. Em todo caso, a Câmara Municipal tem investido, dentro das suas possibilidades, em equipamentos que possam garantir a melhor qualidade na prestação de cuidados de saúde aos munícipes. Foi o caso da aquisição de uma cadeira completa de dentista, no âmbito de um programa de saúde oral protocolado com o Governo.

Gráfico 24 - Saúde



Handwritten mark resembling a stylized 'M' or 'A'.

Handwritten mark resembling a stylized 'A'.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Sara' and 'Teliz'.

6.5 Ação Social

A função da Ação Social nas Grandes Opções do Plano diz respeito, fundamentalmente, aos apoios financeiros às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), ao investimento nos programas de apoio ao envelhecimento ativo, e às necessidades urgentes de cariz social.

O ano de 2019, mesmo tendo uma execução da rubrica associada ao envelhecimento ativo quase do dobro, não deixa de existir uma quebra no global da função. Esta redução está diretamente ligada à ausência de obras efetuadas pelas IPSS, ao contrário do que se tem verificado em anos anteriores, bem como, a ausência da necessidade de adquirir novos equipamentos para o Projeto 10 mil vidas.

Importa referir que grande parte da ação social exercida pela Autarquia, está refletida transversalmente em todas as funções das Grandes Opções do Plano, nomeadamente, no caso dos Serviços Auxiliares de Ensino, onde se verifica constantemente um reforço de investimento.

Gráfico 25 - Ação Social



6.6 Ordenamento do Território

No que respeita ao Ordenamento do Território, após uma maior eficiência na gestão dos recursos financeiros de 2017 para 2018, este ano de 2019 cumpriu o mesmo desígnio, ou seja, apesar de um reforço no investimento, nomeadamente, da rubrica de Valorização de Espaços Urbanos, com um investimento total de 369.558,62€, manteve-se um nível de eficiência adequado à realidade do território do concelho de Porto de Mós.

Destaca-se, ainda, o investimento efetuado no Projeto da Área de Reabilitação Urbana de Mira de Aire, num valor superior a 9.000,00€, na alteração ao PDM de Porto de Mós, num valor próximo dos

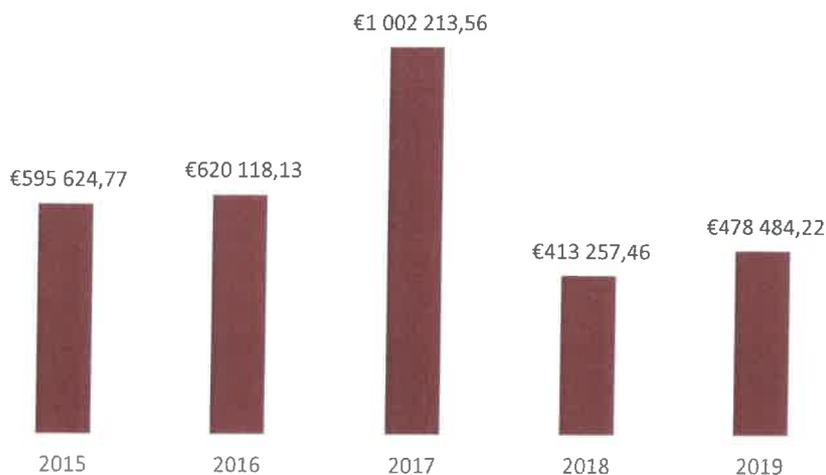
07
A
7

C75 Smp
fau

9.000,00€, e no Projeto de Requalificação envolvente à Capela de S. Miguel Peral no Juncal, num valor de cerca de 9.400,00€.

Teleg
A

Gráfico 26 - Ordenamento do Território



6.7 Saneamento

Como recurso essencial numa sociedade desenvolvida, a rede de saneamento básico terá obrigatoriamente de ser uma prioridade em qualquer Executivo até que todo o território tenha satisfeita esta necessidade.

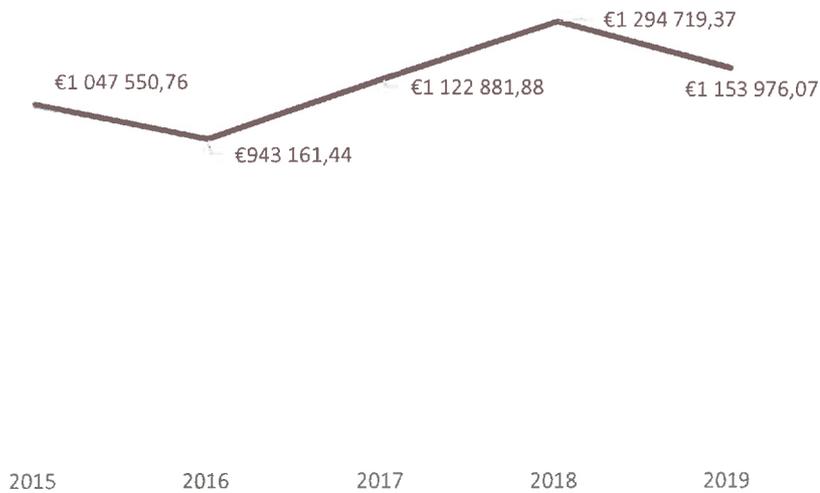
Desta forma, podemos verificar no gráfico em baixo que o investimento foi continuado de forma consistente, garantindo objetivamente o maior investimento de todas as funções que compõem o orçamento municipal.

Para além dos vários investimentos em melhorias na rede de todo o concelho, com a frequente substituição de condutas, destaca-se a ampliação da rede na zona de Boieira, já servida na sua totalidade, com um investimento superior a 156.000,00€, bem como, o saneamento das Azenhas, Rua do Norte e Rua dos Colos, que totalizam um montante de 103.105,65€.

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Gráfico 27 - Saneamento

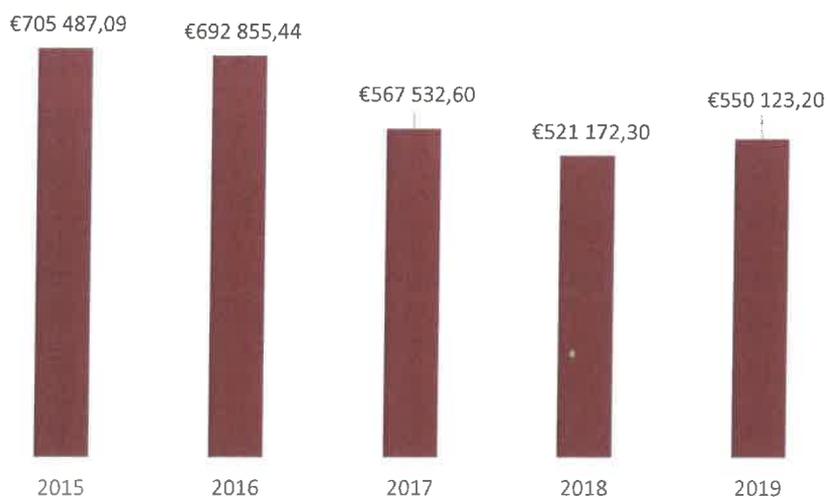


6.8 Abastecimento de Água

O investimento na rede de abastecimento de águas é, a par do saneamento, um projeto basilar deste Executivo como forma de garantir a cobertura completa a todo o território do concelho, bem como renovar as infraestruturas degradadas que motivam diversas ineficiências na rede de distribuição.

Neste sentido foi continuado o forte investimento nas diversas rubricas afetas à função. Destacam-se a substituição de condutas na Calvaria de Cima, com um valor superior a 60.000,00€, a ampliação da rede em diversas localidades da freguesia de São Bento, num investimento de cerca de 167.500,00€ e, ainda, várias manutenções e reforços da rede de águas, num investimento de, aproximadamente, 84.000,00€. No seguimento da melhoria de eficiência da rede de abastecimento a todo o concelho, o Executivo manteve o investimento nas requalificações das centrais e depósitos de água, investindo cerca de 132.681,00€ e, ainda, na execução de novas captações de água, num valor superior a 44.000,00€.

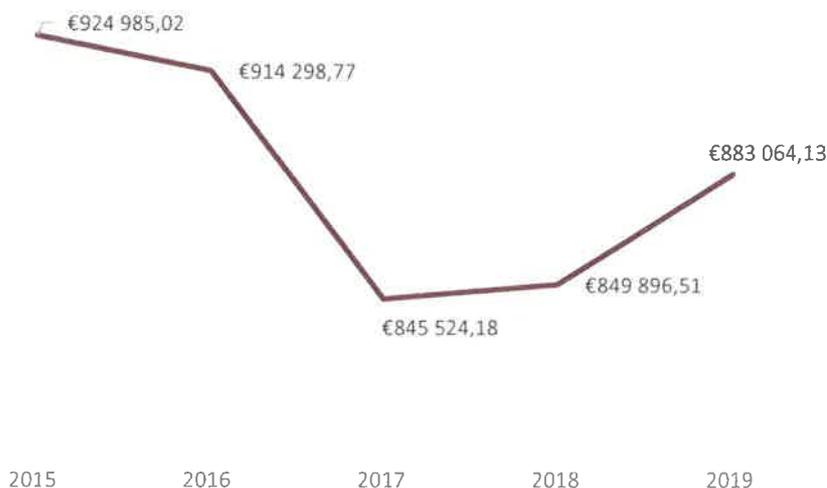
Gráfico 28 - Abastecimento de Água



6.9 Resíduos Sólidos

A recolha e tratamento dos resíduos sólidos no concelho tem um investimento regular ao longo dos anos, pois é efetuado através de um contrato de concessão. Nesse sentido, as grandes fatias desta função são destinadas às empresas SUMA e VALORLIS para efeitos dessa mesma recolha e tratamento.

Gráfico 29 - Resíduos Sólidos

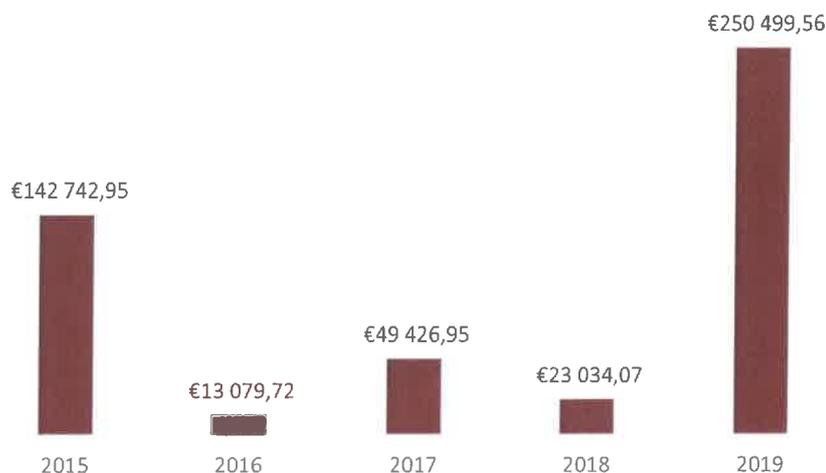


6.10 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

O ano de 2019 foi relevante e distinto para esta função específica. O Executivo, integrado no âmbito de uma candidatura a fundos comunitários e reconhecendo o estado deficitário do Município, no que às condições de salvaguarda de animais de companhia abandonados diz respeito, efetuou um elevado investimento, na ordem dos 200.000,00€, para a criação de um Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia. Esta obra, que atualmente está em fase de equipamento, prevê que possa desenvolver a sua atividade plena no decorrer do ano 2020.

Ainda incluído nesta função, destaca-se a requalificação do Cemitério de Porto de Mós, com um valor a rondar os 30.700,00€, bem como, a cobertura do Parque Infantil do Parque Verde do Juncal, com um investimento aproximado de 15.000,00€.

Gráfico 30 - Prot. Meio Ambiente e Cons. Natureza



6.11 Cultura

Como um dos pilares associados à estratégia deste Executivo, a Cultura é, desde logo, o motor para a dinamização do concelho, bem como, para alavancar a “marca” de Porto de Mós através de uma coesão de todo o território e, principalmente, criar condições de atração de outros públicos exteriores, potenciando um conjunto de ofertas não apenas culturais, mas, fundamentalmente, turísticas.

Assim, dentro dos vários projetos culturais destacam-se, naturalmente, as Festas São Pedro, o Festival Itinerante Viver, a Semana Santa, o Teatro de Rua, ou o Natal Encantado. Estes eventos associados a outros dias comemorativos relevantes para o concelho, completam uma atividade cultural consistente, garantindo uma forte dinamização e coesão ao longo de todo o ano.

Esta função não se restringe apenas na execução de eventos culturais. Uma grande fatia do investimento são as diversas obras de âmbito cultural como é o caso da Requalificação da Central Termoelétrica, com

07
AF
M

uma execução em 2019 superior a 240.000,00€, o Projeto de Recuperação da Casa dos Calados, que representou um investimento superior a 24.000,00€, ou por exemplo o Projeto Inclusivo de Acessibilidade ao Castelo, financiado com fundos comunitários, que representou um investimento superior a 100.000,00€.

Finalmente, importa referir, ainda, o apoio direto às coletividades culturais do nosso concelho, com um valor que ultrapassa uma execução de 106.000,00€ no ano de 2019.

AS
telef

Gráfico 31 - Cultura



6.12 Desporto, Recreio e Lazer

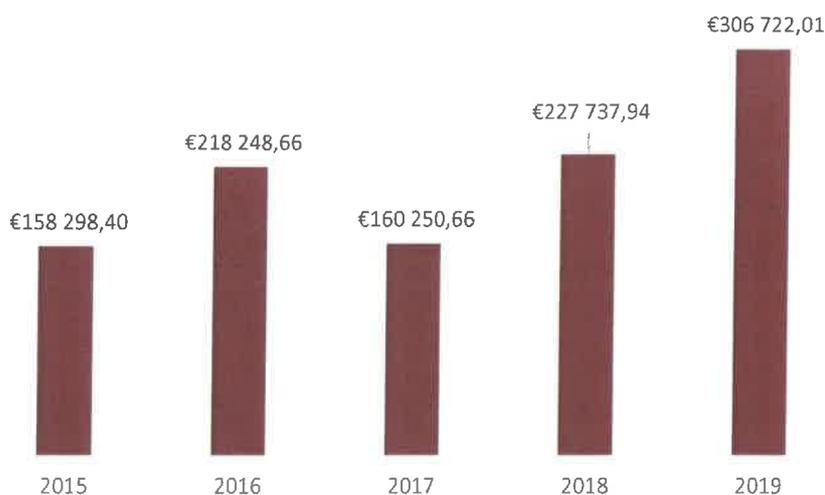
No que diz respeito aos investimentos direcionados para o desporto, recreio e lazer, conforme gráfico em baixo, denota-se um reforço em diversas rubricas. Desde logo no apoio às diversas coletividades desportivas, que no ano de 2019 ultrapassou a barreira dos 150.000,00€, quer em subsídios correntes, quer de capital. Este aumento vem de encontro a uma estratégia delineada desde o início, no reforço constante dos apoios a estas associações, onde, grande parte delas, se propõem fazer parte da educação das nossas crianças ao longo do seu crescimento enquanto ser humano, proporcionando atividades desportivas motivadoras de princípios e valores de vivência numa sociedade tolerante e solidária.

Em termos infraestruturais, o ano de 2019 fica marcado pela tão ansiada criação do parque de lazer infantil na Calvaria de Cima, com um montante próximo dos 50.000,00€ de investimento, bem como, a execução do primeiro projeto vencedor do Orçamento Participativo, a criação de um parque Pumptrack no campo desportivo da chã, em Alqueidão da Serra.

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Município de Porto de Mós".

Gráfico 32 - Desporto, Recreio e Lazer



6.13 Outras Atividades Cívicas e Religiosas

A função de Atividades Cívicas e Religiosas nas Grandes Opções do Plano não tem, ao longo dos anos, um investimento elevado, ainda assim, este ano de 2019 merece destaque pelos valores associados. Tratam-se, fundamentalmente, de dois apoios para investimento estrutural, no Salão Paroquial do Arrimal e no Salão Paroquial da Corredoura. Ambos sofreram obras de reabilitação, por se encontrarem em estado degradado.

Gráfico 33 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas



6.14 Indústria e Energia

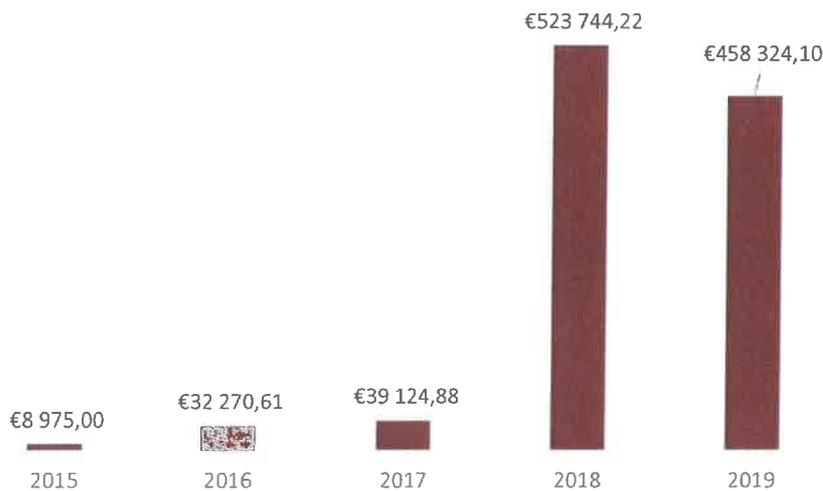
Em linha com o ano de 2018, também o ano de 2019 foi de forte investimento na função da Indústria e Energia, conforme se verifica no gráfico abaixo. Esta será uma função onde o atual Executivo pretende manter os níveis de investimento, como forma de garantir e potenciar o desenvolvimento económico e empresarial do concelho.

Neste sentido, foi continuado o ritmo de investimento na aquisição de terrenos para o alargamento da Área de Localização Empresarial (ALE) de Porto de Mós. Este investimento representa cerca de 67% do total da função, num valor a rondar os 307.000,00€. Ainda no âmbito da infraestruturização da ALE o Município executou o projeto para a sua elaboração na ordem dos 122.631,00€.

Este investimento é visto pelo Executivo como primordial durante o presente mandato, tendo até contraído um financiamento bancário para que as obras iniciem, previsivelmente, durante o ano de 2020.

Ainda nesta função, destaca-se o investimento superior a 19.000,00€ para finalizar a aquisição de equipamentos para o laboratório de fabricação digital FABLAB, garantindo os requisitos necessários ao desenvolvimento de projetos e ideias dos mais empreendedores.

Gráfico 34 - Indústria e Energia



6.15 Transportes e Comunicação

Em linha com a política seguida desde o início de mandato, o ano de 2019 não foi diferente, ou seja, o investimento nas pavimentações do concelho foi efetuado com critério e exigência, no sentido de garantir a máxima equidade em todo o território.

No gráfico é perceptível esta exigência, onde o Município privilegia sempre as vias mais degradadas, bem como, as prioridades identificadas pelas Juntas de Freguesia.

Gráfico 35 - Transportes e Comunicações



6.16 Turismo

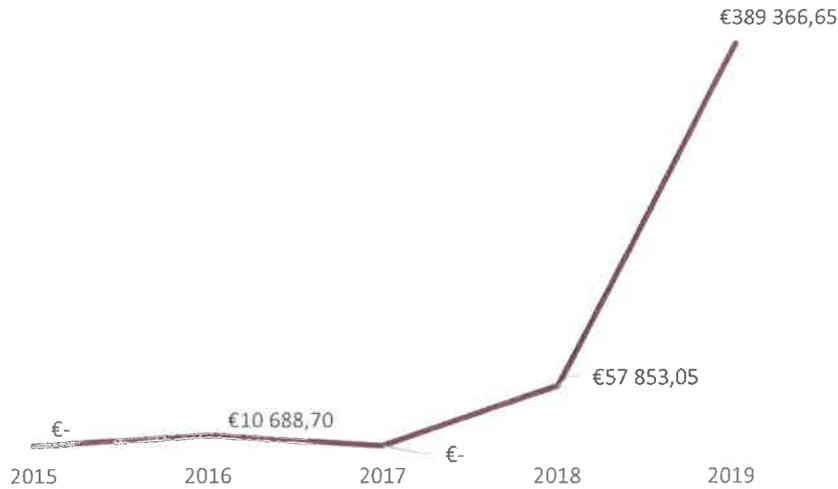
Como comprova o gráfico em baixo, um dos pilares estratégicos deste mandato é potenciar o turismo que o concelho pode proporcionar. Seja ao nível do Património Cultural, seja ao nível do Património Natural, o território tem características únicas no país e no mundo que merecem ser potenciadas. Neste sentido, desde logo, foram planeadas diversas intervenções essenciais, que garantissem as condições para quem nos visita, foi o caso das obras de requalificação do Parque de Campismo de Arrimal, há muito abandonado, e que mereceram um investimento a rondar os 111.262,00€.

No ano em análise, foi, também, reabilitado um edifício degradado, o antigo Centro de Atividades ao ar livre de Alvados, que será um dos pontos centrais de todo o turismo de natureza do concelho de Porto de Mós. Esta intervenção representou um investimento superior a 150.000,00€.

Ainda no âmbito das melhores condições para receber quem nos visita, foi criado mais um parque de caravanismo, desta feita em São Bento, um investimento na ordem dos 71.488,79€ e que será fundamental para complementar a rede de parques de caravanismo do concelho, permitindo uma circulação mais equitativa de quem nos visita pelas distintas zonas do território.

Handwritten marks in the top left corner, including a circle around a number and some scribbles.

Gráfico 36 - Turismo



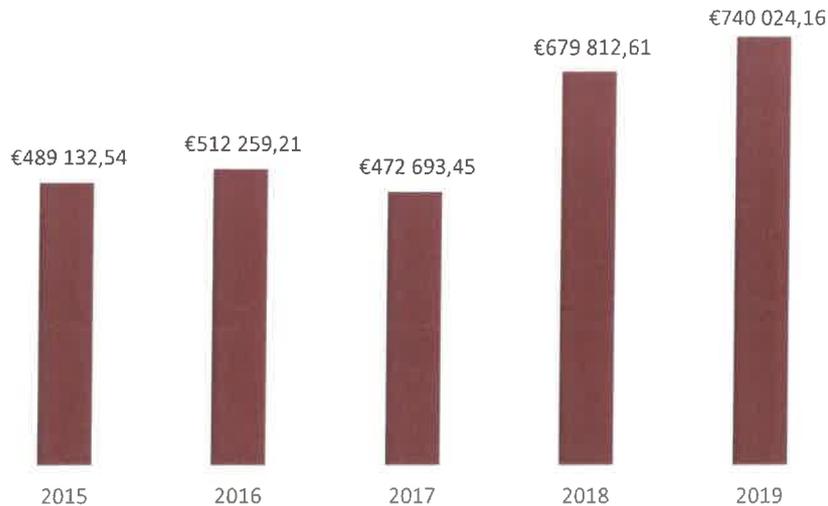
Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.

6.17 Transferências entre Administrações

Considerando como modo de atuação política, este Executivo definiu como altamente urgente a autonomia das respetivas Juntas de Freguesia de todo o concelho, para que cada vez menos dependessem das diretrizes e boas vontades da Câmara Municipal. Assim, como se percebe no gráfico seguinte, ao longo dos anos é efetuado um aumento sustentado de transferências para as respetivas freguesias, atribuindo cada vez mais poderes a estas e garantindo que tenham ferramentas suficientes para responder cada vez melhor aos anseios dos seus fregueses.

De um total de 720.024,16€ de transferências entre administrações, cerca de 423.077,66€ são transferências correntes para as freguesias e cerca de 297.519,29€ são transferências de capital para apoio nas mais diversas obras do seu território.

Será esta a linha condutora do atual Executivo, garantir que, aqueles que mais próximo estão das pessoas e mais facilmente percebem as suas necessidades, tenham os meios essenciais para responder com prontidão aos cidadãos.

Gráfico 37 - Transferências entre Administrações

6.18 Empreitadas

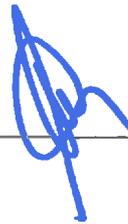
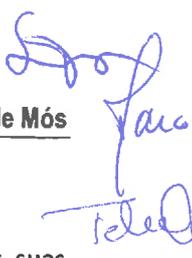
FREGUESIA	CONTRATO	NOME DO CONCURSO	ADJUDICADO A:	NO VALOR DE: (EUROS) s/ Iva	Situação
União de Freguesias Alcaria / Alvados	06/02/2019	Requalificação do Centro Actividade ao Ar Livre Posto Turismo Avançado .	Luis Manuel Ribeiro Pereira	€ 149 800,41	Concluída
Mira de Aire/S. Bento	20/03/2019	Reforço, Manutenção e Ampliação da Rede - Execução de Extensão de Condutas Para Construção de Ramais em Mira de Aire e S. Bento.	Paulo Jorge Carreira Bento	€ 7.477,50	Concluída
Juncal	21/03/2019	Outras Construções e Reparações - Delimitação de Perímetro de Protecção de Captação de Água Subterrânea	Sondalis, Lda.	€ 1 900,00	Concluída
União de Freguesias Arrimal/Mendiga	08/04/2019	Pavimentação em Diversas Ruas Nas Freguesias do Concelho - Freguesia Arrimal	Lusosicó Construções, S.A.	€ 78 795,00	Concluída
União de Freguesias Arrimal/Mendiga	17/05/2019	Requalificação do Parque de Campismo Arrimal/Mendiga	Construções João Paulo Gomes & Filhos,Lda.	€ 56 440,34	Concluída
S. Bento	20/05/2019	Reforço, Manutenção e Ampliação da Rede – Estação Hidroressora de Covões Largos-S.Bento	Paulo Jorge Carreira Bento	€ 12 293,80	Concluída
Porto de Mós	28/05/2019	Saneamento Básico na Rua das Azenhas/Rio Alcide	Paulo Jorge Carreira Bento	€ 48 295,00	Concluída
Porto de Mós	14/06/2019	Requalificação do Cemitério de Porto de Mós - Cemitério Velho-Pinturas	Vala & Vala, S.A	€ 15 000,00	Concluída
Serro Ventoso	17/06/2019	Outros - Marcação Horizontal num Troço em Bezerra.	Viamarca Pinturas Vias Rodoviárias, S.A.	€ 1 159,01	Concluída
Porto de Mós	18/06/2019	Pavimentação em Diversas Ruas nas Freguesias do Concelho – Freguesia de Porto de Mós	Lusosicó Construções, S.A.	€ 9 800,00	Concluída
Porto de Mós	21/06/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Construção de Muros de Vedação e Suporte de Terras, Passeio e Miradouro na Corredoura	Sobrado Construções, Lda.	€ 115 386,00	Concluída
Porto de Mós	21/06/2019	Ampliação da Rede de Abastecimento do Concelho - Valorização das Infraestruturas da Várzea	Construções António Leal, S.A.	€ 219 227,80	Decorrer
Porto de Mós	01/07/2019	Requalificação das Centrais e Depósitos de Água - Reparação do Reservatório de Campolide	Geostape - Obras Públicas, Lda.	€ 7 240,00	Concluída
Juncal	09/07/2019	Cobertura do Parque Infantil no Parque Verde do Juncal - Velas de Sombreamento	AECI Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	€ 14 120,00	Concluída
Pedreiras	19/07/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Pé da Serra e Casal Boieiro	Traços Super, Unipessoal, Lda.	€ 9 400,00	Concluída

S. Bento	27/07/2019	Requalificação Zona Desportiva Criação Parque Caravanismo - S. Bento	Azuabita-Habituação Urbanismo, Lda.	€ 52 447,25	Concluída
Calvaria de Cima	29/07/2019	Substituição de Condutas de Água de Fibrocimento-Calvaria de Cima - Lugar de Casais de Matos	Alconstoi, Lda.	€ 147 140,00	Decorrer
Calvaria de Cima	29/07/2019	Construção Zona de Lazer e Parque Infantil da Calvaria de Cima	Azuabita-Habituação Urbanismo, Lda.	€ 47 167,10	Concluída
Alqueidão da Serra	07/08/2019	Orçamento Participativo - Reabilitação do Campo Desportivo da Chã - Pista Pumptrack	Menira Construções, Lda.	€ 49 990,00	Concluída
Juncal	13/08/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Passeios no Juncal ao Longo da EN 242-4	Craterazul, Lda	€ 29 996,00	Concluída
Porto de Mós	09/09/2019	Grande Reparação e Conservação da Jardins de Inância - Fonte do Oleiro	Alexandre Carvalho Pinturas & Decorações	€ 3 140,00	Concluída
Porto de Mós	24/09/2019	Grande Reparação e Conservação da Rede Escolar - Pavimentos ns EB1 Fonte do Oleiro	VecoUrbanesign Unipessoal, Lda	€ 10 534,75	Concluída
Porto de Mós	04/10/2019	Saneamento Básico na Rua do Norte, Eiras da Lagoa	Manuel Conceição Antunes, S.A.	€ 90 557,09	Decorrer
Porto de Mós	04/10/2019	Saneamento Básico na Rua dos Colos, Porto de Mós	Manuel Conceição Antunes, S.A.	€ 91 487,63	Decorrer
União de Freguesias Arrimal/Mendiça	08/10/2019	Requalificação da Zona Envolvente Parque Campismo de Arrimal - Luminárias	Abilio Carreira de Sousa	€ 28 000,00	Concluída
União de Freguesias Arrimal/Mendiça	08/10/2019	Requalificação da Zona Envolvente Parque Campismo de Arrimal - Arranjos Exteriores	Rustistone Lda	€ 20 524,00	Concluída
Porto de Mós	17/10/2019	Conservação e Valorização de Edifícios da Câmara - Edifício Paços do Concelho	Cristovão Miguel Duarte, Unipessoal, Lda.	€ 3 850,00	Concluída
Porto de Mós	18/10/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Parque Infantil Inclusivo	Urbanlab Mobiliário Urbano, Lda.	€ 40 700,00	Concluída
S. Bento	24/10/2019	Pavimentação em Diversas Ruas nas Freguesias do Concelho - Freguesia de S. Bento	Imobrunês Empreendimentos Imobiliários, SA	€ 124 990,65	Concluída
Porto de Mós	30/10/2019	Requalificação das Centrais e Depósitos de Água - Reparação dos Reservatórios em Corredoura e Pragosa	Geostape - Obras Públicas, Lda.	€ 74 935,00	Concluída
Juncal	31/10/2019	Projeto de Requalificação Envolvente à Capela S. Miguel do Peral, Juncal - Corrimão da Escadaria	Fernando Casimiro Ribeiro	€ 8 879,14	Concluída
Porto de Mós	18/11/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Reparação do Gradeamento da Ecopista	Fernando Casimiro Ribeiro	€ 6 149,00	Concluída
Pedreiras	21/11/2019	Conservação e Valorização de Edifícios da Câmara - Anexo Centro Escolar Pedreiras	André Vieira, Lda.	€ 2 000,00	Decorrer
Serro Ventoso	26/11/2019	Outras Conservações e Reparações - Guardas Metálicas Troço Serro Ventoso	Viamarca Pinturas Vias Rodoviárias, S.A.	€ 4 563,20	Concluída
Porto de Mós	02/12/2019	Conservação e Valorização de Edifícios da Câmara	Stonerepair e Obras e Reparações Cívicas, Lda.	€ 19 500,00	Concluída
Porto de Mós	20/12/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Arranjos Jardim Municipal Porto de Mós	Ideias Regulares Unipessoal, Lda.	€ 12 510,00	Concluída
Porto de Mós	23/12/2019	Conservação Edifícios da Câmara - Reabilitação das Instalações Sanitárias do Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo	BBM - Construção Civil, Lda.	€ 23 100,00	Concluída
Serro Ventoso	28/12/2019	Contenção na Encosta - Estrada Bezerra	Ancorpor Geotecnia e Fundações, Lda.	€ 112 947,20	Concluída
Porto de Mós	04/02/2020	Valorização de Espaços Urbanos - Melhoramento de Pavimentos no Parque Almirante Vítor Crespo	Kitgreen - Jardins e Afins, Lda.	€ 129 237,75	Decorrer

Teleg
H

Concelho	CONTRATO	NOME DO CONCURSO	ADJUDICADO A:	NO VALOR DE: (EUROS) S/ Iva	Situação
Concelho	26/02/2019	Manutenção de Estradas do Concelho - Sinalização Horizontal	Plenavia	€ 5 426,05	Concluída
Concelho	30/04/2019	Valorização de Espaços Urbanos - Reparação de Calçadas em Diversas Ruas e Arruamentos do Concelho	Amaral Correia dos Reis	€ 24 950,00	Concluída
Concelho	14/06/2019	Outras Conservações e Reparações - Parques Infantis do Concelho	VecoUrbanesign Unipessoal, Lda	€ 19 832,64	Concluída
Concelho	18/06/2019	Outras Conservações e Reparações - Reparação dos Sistemas Semafóricos de Trânsito em Diversos Locais do Concelho	Eyssa-Tesis, Tecnologia de Sistemas Electroicos, S.A.	€ 28 203,10	Concluída
Concelho	09/08/2019	Grande Reparação e Conservação da Rede Escolar - Pinturas Escolas	André Vieira, Lda.	€ 21 502,80	Concluída
concelho	15/11/2019	Rede de Turismo de Natureza - Sinalética e Estruturas de Apoio	Floema, Lda.	€ 243 955,60	Decorrer

Handwritten mark on the left margin, possibly initials or a signature.

  
Município de Porto de Mós

6.19 Candidaturas a Fundos Comunitários

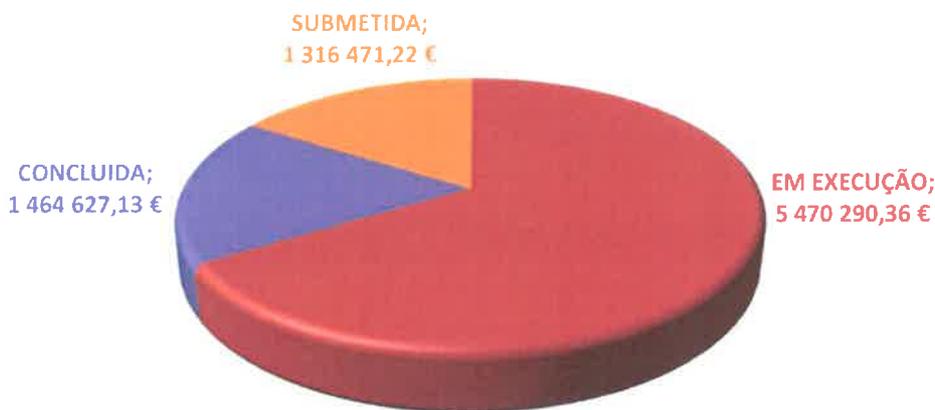
Em semelhança dos anos transatos, o Município durante o ano 2019 continuou a alinhar as suas prioridades de investimento em conformidade com as estratégias definidas no Portugal 2020, tais como, competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos deverão permitir alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Pese embora estarmos em final de Quadro Comunitário e a trabalhar já na estratégia para o próximo quadro “2030”.

Durante o ano 2019 foram submetidas várias candidaturas de projetos ao programa Centro 2020, tais como, a “Melhoria da Eficiencia Energetica do Edifício dos Gorjões” com um investimento elegível proposto de 93.242,03€, participado a 50%, a “Criação de Via Pedonal e Ciclável de Ligação entre Porto de Mós e Fonte dos Marcos” enquadrada no PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentavel) com um investimento elegível proposto de 476.187,36€ e, também, a Requalificação da Extensão de Saúde de Pedreiras com um investimento elegível proposto de 36.003,59€ financiado a 85%. Foi ainda submetida uma candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) com um investimento elegível proposto 59.918,54€.

Foram aprovadas as candidaturas “Manutenção e Requalificação do Castelo de Porto de Mós” no montante elegível de 100.000,00 €, e a Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) com um financiamento de 50.000€. Foi ainda submetida e aprovada a “Aquisição de uma Unidade Móvel de Saude no Municipio de Porto de Mós com um investimento elegível de 35 704,61€, financiado a 85%.

O gráfico e quadro seguintes demonstram o posicionamento do Município de Porto de Mós, em cada um destes quadros comunitários de apoio, com registo da posição em 31 de dezembro de 2019.

Gráfico 38 - Ponto de situação – Candidaturas ao Portugal 2020



91
A
M

CF
Município de Porto de Mós
Smp
Telo
F

Quadro 32 – Ponto de situação – Candidaturas ao Portugal 2020

Designação da Operação	Estado Candidatura	INVESTIMENTO CANDIDATADO			INVESTIMENTO APROVADO			PEDIDOS DE PAGAMENTO	
		Custo Total Solicitado	Elegível Solicitado	Apoio Solicitado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Aprovado	Pedido Pagamento Elegível Validado	Apoio Pago
Remodelação do Edifício da Central Termoelétrica com Polivalência de Funções na Área Cultural, Ciência e Atividades Culturais	Em Execução	3.241.015,35	1.984.878,35	1.687.146,60	3.241.015,35	1.984.878,35	1.687.146,60	318.121,00	270.402,80
Requalificação/Ampliação das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Pré-escolar de Porto de Mós para centro escolar	Em Execução	2.567.322,02	2.200.000,00	1.870.000,00	2.567.322,02	2.200.000,00	1.870.000,00	1.935.675,19	1.645.323,92
Educa@CIMRL & Cloud@CIMRL	Em Execução	136.653,00	130.000,00	110.500,00	136.653,00	129.018,73	109.665,92	109.011,70	92.659,95
Planos inovadores de combate ao Insucesso escolar	Em Execução	199.260,00	199.260,00	169.371,00	199.260,00	199.260,00	169.371,00	0,00	0,00
Região de Leiria - Rede Cultural	Em Execução	84.915,00	84.915,00	72.177,00	45.946,19	45.946,19	32.162,33	0,00	0,00
Área de Localização Empresarial de Porto de Mós	Em Execução	3.275.648,92	1.720.902,40	1.462.767,04	3.275.648,92	897.981,52	763.284,29	90.456,13	76.887,71
Produtos Turísticos da Região de Leiria	Em Execução	75.090,85	75.090,85	63.827,22	58.823,53	43.769,28	37.203,89	0,00	0,00
Unidade Móvel de Saúde no Município de Porto de Mós	Em Execução	40.590,00	40.590,00	34.501,50	40.467,00	35.704,61	30.348,92	0,00	0,00
Abertura de Mosaicos de parcelas de gestão de comb., complem. da rede primária a instalar em Porto de Mós	Concluído	83.415,88	83.415,88	70.903,50	52.919,44	52.919,44	46.655,23	52.919,44	44.322,47
Execução da 2ª fase do sane de Mira de Aire - área de intervenção 1	Concluído	850.843,16	694.695,52	590.491,19	850.843,16	694.695,52	590.491,19	492.733,44	397.882,24
Aquisição de Viatura Elétrica destinado a limpeza urbana, de jardins	Concluído	39.052,50	39.052,50	19.526,25	39.052,50	39.052,50	19.526,25	39.052,50	19.526,25
Projeto de Acessibilidades Inclusivo para o Castelo de Porto de Mós	Concluído	129.838,00	121.738,00	109.564,20	129.838,00	121.738,00	109.564,20	121.738,00	109.564,20
Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Porto de Mós	Concluído	199.911,76	199.911,76	50.000,00	199.911,76	199.911,76	50.000,00	199.911,76	50.000,00
Requalificação da zona envolvente piscinas municipais	Concluído	339.879,19	334.284,69	284.141,99	339.127,92	339.127,92	288.258,73	304.523,10	245.902,41
Ampliação do jardim de infância e escola do 1º Ciclo da Calvaria de Cima	Concluído	402.519,19	300.000,00	255.000,00	352.036,19	300.000,00	255.000,00	299.584,49	241.914,48
Obras de Manutenção e requalificação do castelo de Porto de Mós	Concluído	106.556,32	100.000,00	85.000,00	106.556,32	100.000,00	85.000,00	100.000,00	80.750,00
Melhoria da Eficiência Energética no Edifício das Piscinas Municipais de Porto de Mós	Submetida	228.739,00	227.140,00	106.149,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede de Trilhos e espaços de Visitação do Concelho de Porto de Mós	Submetida	723.194,85	650.245,14	552.708,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valorização e Promoção do Património Natural da Região de Leiria	Submetida	96.004,20	90.000,00	76.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Via Pedonal e Cicável de Ligação entre Porto de Mós e Fonte dos Marcos	Submetida	476.187,36	476.187,36	404.759,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação da Extensão de Saúde de Pedreiras	Submetida	133.560,00	36.003,59	30.603,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Rural de Porto de Mós	Submetida	71.228,04	71.228,04	38.381,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL	Submetida	72.213,66	59.918,94	59.918,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eficiência Energética - Edifício dos Gorjões	Submetida	102.544,82	93.242,03	47.451,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

07
AF
[Handwritten signature]

[Handwritten signature] [Handwritten signature]
Município de Porto de Mós
[Handwritten signature]

RESUMO POR ESTADO DA CANDIDATURA

EM EXECUÇÃO	9.620.495,14	6.435.636,60	5.470.290,36	9.565.136,01	5.536.558,68	4.699.182,96	2.453.264,02	2.085.274,38
CONCLUIDA	2.152.016,00	1.873.098,35	1.464.627,13	2.070.285,29	1.847.445,14	1.444.495,60	1.610.462,73	1.189.862,05
SUBMETIDA	1.903.671,93	1.703.965,10	1.316.471,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00